

ATA N.º 04/2023

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 27 de setembro de 2023.-----

----- Aos 27 dias do mês de setembro de 2023, pelas 14,30 horas no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----
- 2 – XXVI Congresso da ANMP / Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, também Presidente de Junta de Freguesia;-----
- 3 – Apreciação, discussão e votação, da atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede à Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede – 450 anos;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremoço;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras realizadas no Cemitério;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Execução dos trabalhos de Silvicultura Preventiva durante o ano de 2021 – Equipa de Sapadores Florestais;-----
- 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXIII Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede;-----
- 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Equipamentos para as Escolas

Básicas da Freguesia;-----

10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença de espetáculos e licença especial de ruído / Mês da Cultura, da Saúde e do Desporto 2023;-----

11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / 8.ª Mostra Gastronómica "Pica no Chão";-----

12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de espetáculos e licença especial de ruído / Marchas de S. João - Febres;-----

13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / Semana Cultural da Freguesia de São Caetano;-----

14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / Sun 7 Fontes;-----

15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de espetáculos de música ao vivo e Dj's, licença especial de ruído / XV Mostra Gastronómica da Sanguinheira;-----

16 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo, Dj's e Ranchos Folclóricos e Licença Especial de Ruído / XXIII Tapas & Papas;-----

17 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pociça / Licença de espetáculos de música ao vivo (Fados) e Dj's Licença especial de ruído / Espaço Folk;-----

- 18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS);-----
- 19** – Procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da ação social escolar e de outras receitas administrativas pelo Município / Para conhecimento”;-----
- 20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras realizadas na sede da Junta de Freguesia;-----
- 21** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada;-----
- 22** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de construção do piso do Parque Infantil;-----
- 23** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de reparação do Parque Manuel Zanaga;-----
- 24** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras no Quintal da Fonte de preparação para a época balnear 2023;-----
- 25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / XX Feira do Bolo de Ançã;-----
- 26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira e à Freguesia de São Caetano / Semanas Culturais das Freguesias do Concelho de Cantanhede 2023;-----
- 27** – Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Sun 7 Fontes 2023;-----
- 28** – Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à

Freguesia de Febres / “Festival Pica no Chão – Mostra Gastronómica e Cultural de Febres”;

29 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Meses de abril 2023 a agosto 2023;

30 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2024, relativa ao exercício de 2023;

31 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar no ano de 2024 e relativa ao exercício de 2023;

32 - Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) a cobrar no ano de 2024 e relativa ao exercício de 2023;

33 - Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2024 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas);

34 – Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica e financeira do Município – 1.º Semestre de 2023 / Para conhecimento;

35 - Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023.

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas,

tendo justificado as faltas da Sr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta, sendo substituída pela Sr.ª Áurea Pereira Oliveira Matias, do Sr. Rogério Paulo Simões Marques, sendo substituído pelo Sr. António José Nobre Casqueiro, da Sr.ª Áurea da Cruz Flamino de Andrade, do Sr. José Julio de Brito Marques Almeida Malta e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardos, sendo substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Luís Miguel Malva. Informou ainda que pediu renúncia ao mandato o Sr. José António da Costa Vieira, sendo substituído pelo Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva, que por motivo de agenda, não pôde estar presente na sessão, falta que também foi considerada justificada.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 02/2023, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2023.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 02/2023, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de abril de 2023 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade -----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 03/2023, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2023.-----

----- Não havendo qualquer pedido de alteração por parte dos presentes, colocou a Ata n.º 03/2023, da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2023 a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 24 de junho 2023 a 27 de setembro de 2023, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. -----

----- Antes de passar ao período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou ter recebido, por carta, uma denúncia anónima sobre aplicação de taxas, pela INOVA, a Instituições de Solidariedade Social, da qual consta, nomeadamente: *“o conhecimento que valores indevidamente cobrados resultam de uma clara violação do Regulamento e Tarifários aprovados em Assembleia Municipal e que tal situação se prolonga no tempo há vários anos”*, motivo pelo qual a faz presente à Assembleia Municipal e solicitou a presença do Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Pessoa Oliveira, para que de uma forma sucinta, justifique perante a Assembleia se, supostamente, a questão colocada, está eventualmente, a perverter o Regulamento em causa e a aplicação daquelas taxas.--

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Pessoa Oliveira, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referindo que, quando a denuncia apareceu o assunto já estava a ser resolvido, recordou que, em 2014 foi aprovado e publicado o Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Cantanhede. Acrescentou que, o seu artigo n.º 35 determina que os produtores não domésticos de resíduos que tenham uma produção superior a 2m³/mês, estão sujeitos ao pagamento dos custos do serviço pela quantidade de resíduos que produzem, sendo um produtor doméstico tudo o que é familiar e não doméstico todas as outras entidades, como comércio, indústria e IPSS's. Esclareceu ainda que, em consequência daquela regra, os produtores não domésticos naquela situação produzindo mais de 2m³/mês, pagariam esses resíduos, segundo uma tarifa de 18,00€/m³. Referiu ainda que, naquele mesmo Regulamento, define-se que, quando os utilizadores não domésticos não se encontram naquele limite do volume que produzem mensalmente, os tais 2m³, passariam a ser tarifados por indexação ao consumo da água com o limite de 100m³ de consumo. Acrescentou

que, grande parte das IPSS's enquadram-se na produção superior a 2m³/mês, mas desde essa altura, nunca foram sujeitos ao pagamento dos resíduos na sua totalidade e, em janeiro de 2016, depois da publicação do Regulamento, a Administração da INOVA decidiu que as IPSS seriam tarifadas por indexação ao volume total da água que consumiam, numa época em que não fazia parte da Administração da INOVA, sendo certo que, na altura, a Administração da INOVA tomou uma decisão em benefício das IPSS e não no seu prejuízo, conforme é referido na denuncia. Acrescentou ainda que, de 2017 a 2021, quando já presidia à Administração da INOVA, nunca foi recebida nenhuma reclamação, nem nunca houve qualquer tipo de problema, nem detetou qualquer questão sobre a matéria, mantendo-se a situação. Finalmente, informou que, na atual Administração a que preside, após alerta de uma IPSS, verificou que, de facto, o Regulamento não estava a ser cumprido em relação a duas situações: As IPSS não estavam a pagar os seus resíduos pelo volume que produziam e também não estavam a ser cobradas até ao limite dos 100m³ de água consumida.-----

----- Questionou o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, se, na prática, significa um benefício para as IPSS's.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Pessoa Oliveira, que sim, porque as 21 IPSS's existentes no Concelho são muito diferentes umas das outras, algumas de grande dimensão, outras de muito reduzida dimensão, sendo que a produção de resíduos, nalgumas IPSS's, não atinge os 2m³/mês, mas na sua grande maioria atinge. Acrescentou que, verificado que nem uma coisa nem outra estava a ser respeitada, a sua Administração, imediatamente, colocou em prática a regra da limitação aos 100m³, ou seja, não existe um limite de inexação até aos 100m³, colocando assim em prática o artigo do Regulamento que

diz que “*se não tem contrato fica limitado aos 100m³ de água, em termos de indexação*”.

Esclareceu que, uma entidade não doméstica que gasta até 100m³ de água, não produz mais que 2m³ de lixo, não sendo o caso das IPSS, mas podiam existir entidades que, produzindo muito poucos resíduos pela sua atividade, consumiriam um grande volume de água, podendo vir a pagar valores muito grandes de resíduos.

Considerou assim que a regra estava bem conseguida, no entanto, não foi implementada quando se fez a alteração. Esclareceu, de seguida que, a partir de agosto de 2022, quando foi detetado, imediatamente foi aplicada a limitação dos 100m³ a todas as IPSS's, sem exceção, tendo realizado várias reuniões sobre esta matéria com as entidades envolvidas, tendo feito a contabilização do que se tinha passado durante aqueles anos relativamente a todas as IPSS's e feito a necessária análise. Em julho de 2023, concluída aquela análise, foi transmitido à Sr.^a Presidente da Câmara o seu resultado e as consequências inerentes, e, de julho de 2023 até à presente data, devido à Expofacic e ao mês de agosto, o processo não evoluiu, estando agora a serem marcadas reuniões com as IPSS's para explicar o que aconteceu, acertar as contas e colocar o Regulamento em prática. Deu, de seguida, explicação sobre a questão do Regulamento: Uma IPSS que tem a produção dos resíduos controlada, ou seja, sem grande interferência do exterior, porque nalgumas observa-se que o uso dos contentores às vezes tem influências dos residentes na zona, chega-se à conclusão, relativamente a este último ano, que uma Instituição que produza cerca de 21m³ de resíduos por mês, acima dos 2m³, teria que pagar os 21m³ que produz, de setembro de 2022 a setembro de 2023, mas no momento não está aplicada aquela faturação. Está sim aplicada uma indexação ao consumo de água até ao limite dos 100m³. Assim, se aquela IPSS gasta uma média de 450m³ de água por mês, se fosse aplicado o valor da tarifa por metro cúbico de resíduos, pagaria 378,00€

por mês, mas com uma média de produção de 21m³ por mês, indexada ao abastecimento de água de 100m³, pagaria 195,00€ por mês, demonstrando que a medida tomada pela Administração na altura, não a prejudica. Acrescentou que resulta claramente que não houve qualquer intenção de prejudicar as IPSS's, pelo contrário, sendo óbvio que como é sabido, a prática tarifária tem como objetivo ter um serviço sustentável e, que a cobrança dos resíduos deve suportar os custos, pelo que se tem discutido muito a subida das tarifas da ERSUC e a providência cautelar que os Municípios colocaram à ERSAR para resolver ou minimizar aquele efeito, porque de facto, as tarifas da ERSUC estão a crescer exponencialmente, a que crescem os custos de prestação do serviço pela INOVA, o que poderá ter que provocar alguma reflexão e alguma alteração até em termos regulamentares. Referiu-se, de seguida, à denuncia anónima, muito dirigida à Administração da INOVA e à sua pessoa, que demonstra no papel uma grosseira ignorância do que se está a dizer ou do que se escreveu. Acrescentou que, quando se escreve alguma coisa, tem de se perceber minimamente o que se está a dizer, e então reclamar, e não de forma grosseira e com ignorância escrever uma injúria, uma difamação, escondendo-se atrás de um papel e de uma forma cobarde. Finalmente, afirmou estar disponível e de consciência tranquila sobre a matéria em causa, sendo certo que a INOVA irá chamar todas as instituições, explicar o que está no Regulamento e aplicar o Regulamento "*ipsis verbis*", tendo a noção que, nalguns casos, a situação em termos de faturação irá agravar-se.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, resumindo que, há um Regulamento que deve ser aplicado de forma correta, vai haver reuniões com todas as IPSS's onde será explicado o tarifário que foi aprovado em Assembleia Municipal, não invalidando que a Assembleia possa, a todo o momento, olhar para a situação,

uma vez que algumas, eventualmente, poderão ter um acréscimo em relação às suas despesas. Acrescentou que, a Assembleia Municipal, estará sempre aberta para discutir o que quer que seja num momento tão aflitivo para muitas entidades e particularmente para as IPSS's do País e considerou importante, a disponibilidade da INOVA para falar com todas. Acrescentou ainda que, independentemente da própria denuncia de carater negativo, seria importante que as pessoas pudessem dar a cara, porque quando não se concorda com uma coisa ou, eventualmente, se as coisas não estão a ser feitas de modo correto, existem canais próprios para eventualmente se esclarecer a situação, sem ser necessário incorrer em injúrias, feitas ao Presidente do Conselho de Administração da INOVA. Concluiu, reafirmando a disponibilidade da Assembleia em rever o que quer que seja, no sentido de procurar melhorar o tarifário, neste caso, caso assim o seja entendido.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu que, apesar de não conhecer o teor da denúncia, a sua primeira palavra, em seu nome e em nome da sua Bancada, é de repúdio, porque de facto, aqueles assuntos têm de ser tratados cara a cara. Lamentou de seguida que, num País democrático, anda não haja coragem suficiente para pedir uma reunião e demonstrou de seguida a sua total solidariedade para com o Sr. Idalécio Oliveira e para com a INOVA. Acrescentou que, se há um mal-entendido, ele será resolvido, pois acredita que há boa fé no processo, como sempre houve. Referiu que, naturalmente, se preocupa, tal como os restantes presentes, com a sobrecarga das despesas que as IPSS's têm, pois, o financiamento público não é muito, as despesas são imensas, e, cada vez mais, as IPSS vivem um momento muito difícil. Referiu, finalmente, que compete também à Assembleia ter essa sensibilidade, pois aprovou o Regulamento, e no futuro, poderá repensar algumas das medidas que

poderão ser eventualmente alteradas em benefício daquelas Instituições, que são insubstituíveis e precisam do apoio de todos.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, da parte da Bancada do PSD, reiterou o conteúdo da última intervenção, deixando as seguintes notas adicionais: - Enalteceu a postura do Sr. Presidente da Mesa, João Moura, que se podia ter escudado mas permitiu um momento de partilha do teor da denúncia e de esclarecimento, porque há entendimentos jurídicos diferentes sobre o tratamento a dar às denúncias anónimas por parte das Autarquias Locais; - Sendo certo que, todos gostariam que o preço da água fosse inferior e que há uma enorme pressão por parte da entidade reguladora e de outras entidades para que o preço suba, atendendo particularmente ao papel desempenhado pelas IPSS's e ao fundamental apoio que prestam às populações e particularmente aqueles que por diversas circunstâncias se encontram mais vulneráveis, sugeriu ao Conselho de Administração da INOVA e ao Município que possam ponderar a tomada de medidas, nomeadamente, pela via regulamentar, para que nenhuma IPSS saia penalizada daquela situação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, referiu estar solidário com o Sr. Idalécio Oliveira, pois, pessoalmente, repudia as denúncias anónimas, que considera uma forma covarde de atacar alguém, e que infelizmente, é uma prática recorrente que, muitas vezes, dá origem a processos no Ministério Público, que não têm outra solução se não dar sequência às mesmas. Acrescentou que, no caso concreto, conforme foi demonstrado pelo Sr. Idalécio Oliveira, ficou a ilação que os autores da denúncia anónima deveriam ter ficado calados, porque até têm tido uma mais-valia, tendo poupado dinheiro, e ao aplicar-se agora o Regulamento, vai ficar

mais caro. Reiterou, finalmente, a sua solidariedade com o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Oliveira e também com a própria Empresa Municipal, INOVA.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Primeiro-Secretário, José Maria Maia Gomes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, também demonstrou a sua solidariedade para com o Conselho de Administração da INOVA. Acrescentou que, apesar de tudo, deu a oportunidade de se esclarecer que tudo estava correto, e informou que, enquanto Presidente de uma IPSS, acabou de receber, da parte da INOVA, um e-mail sobre o assunto, a convocar para uma reunião no dia 10, na qual, infelizmente, não vai poder estar presente por estar ausente do País, mas alguém da Direção estará presente para analisar com a INOVA o processo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Pedro, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, também demonstrou a sua absoluta solidariedade ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA. De seguida, recordando também ser Presidente de uma IPSS, referiu que, de facto, as IPSS's vivem com uma aflição tremenda no dia a dia, tendo de fazer contas todos os meses para conseguirem cumprir os seus objetivos honradamente, situação que o preocupa bastante. Referiu, de seguida, ficar bastante satisfeito pelo facto de as bancadas da Assembleia abrirem a porta a uma eventual revisão ao Regulamento em causa e agradece que o façam. Acrescentou que a IPSS que representa, de facto é uma pequena IPSS do concelho, mas estas dificuldades preocupam-no bastante, porque quer cumprir com as suas obrigações. Finalmente, afirmou que estará presente na reunião com a INOVA com todo o agrado, mas espera que seja possível uma revisão, porque a partir do momento que a situação foi identificada, irá cumprir,

sem dúvida nenhuma. No entanto, causa-lhe alguma preocupação o cumprimento daqueles valores.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo, em jeito de conclusão, que o assunto discutido teve a ver com o facto de ter havido uma denúncia anónima à Assembleia Municipal, a qual foi agora partilhada com os seus membros, aproveitando-se para sensibilizar a Sr.ª Presidente da Câmara, para que, eventualmente, no futuro, possa considerar uma taxaço mais amiga das IPSS's. Acrescentou que, terá que haver, obviamente, trabalho com o Conselho de Administração da INOVA e com o Executivo camarário, no sentido de se propôr uma alteração ao Regulamento em causa.-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Idalécio Oliveira, agradecendo as palavras que foram dirigidas, quer à sua pessoa, quer à INOVA. De seguida, informou que, serão devolvidas as verbas que foram cobradas por incumprimento do Regulamento, sendo certo que tem consciência que foram produzidos muitos mais resíduos.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu nota, relativamente ao processo da transmissão online das Assembleias Municipais que, face à nova legislação, está a ser analisada pelo encarregado de Proteção de Dados da Câmara Municipal, Hugo Oliveira. Na prática, na opinião de quem superintende a matéria, tendo sempre em atenção a Lei e a Proteção de Dados, pode-se eventualmente considerar, a transmissão online da Assembleia Municipal em tempo real, no exato momento em que ela ocorre, mas não ficar disponível.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, conforme foi solicitado na última sessão, no final do período de antes da ordem do dia será feita a apresentação do projeto existente para a marginal da Praia da Tocha. Deu, de seguida conhecimento das diligências que foram feitas e das deliberações que o Município e o seu Executivo têm tomado relativamente à questão da saúde, nomeadamente que: - Houve uma deliberação de Câmara no sentido de não aceitar o Auto de Transferência de Competências, uma vez que não ia ao encontro de todos os cálculos efetuados, de todas as reivindicações e, sobretudo, da questão da reativação da Consulta Aberta; - Foi feita uma contraproposta, em linha também com o Dr. Eduardo Leal, Adjunto do Senhor Ministro da Saúde, dizendo que a questão da Consulta Aberta tem a ver com a Delegação de Competências, porque se a Consulta Aberta era suportada em termos de funcionários, de técnicos e dos médicos das extensões de saúde, pertencem à zona do ACES e à ARS; - Continuam as duas petições na Assembleia da República e tem alguma fé que as coisas possam avançar de outra forma, mas não sabe; - Ao nível das reuniões da Comunidade Intermunicipal e da ANMP, aqueles assuntos têm vindo para cima da mesa, tendo a CIM Região de Coimbra tomado uma deliberação logo no início do processo, a repudiar e a rejeitar a forma como as competências para a saúde estavam delineadas, propondo que todos os Municípios não aceitassem as competências. No entanto, à medida que decorreram alterações às propostas do Ministério, e as negociações com os Municípios, alguns Municípios ficaram em condições de aceitar, tendo a CIM quebrado o vínculo de ninguém aceitar e alguns Municípios começaram a aceitar; - Nessa altura disse, *“eu por mim enquanto representante aqui da vontade de Cantanhede não tenho nada a obstar a que todos vão, podemos ficar sozinhos,*

mas temos aqui uma bandeira que necessitamos de ser discutida, analisada com quem de direito"; - Tem reiteradamente referido ao Dr. Eduardo Leal, que pessoalmente e o Executivo, na sua totalidade, pretende assinar as competências na área da saúde, mas não de qualquer maneira, porque relativamente às questões financeiras, os valores apurados têm uma diferença substancial de centenas de milhares de euros; - Foi transmitido pela tutela, que os valores que são colocados nos Autos de Transferência para os Municípios, são os valores que vêm no orçamento de Estado, que por sua vez foram transmitidos pela ARS, cujos cálculos foram mal feitos; - Que já houve evoluções, nomeadamente, no que toca à questão dos seguros dos edifícios, que não existiam, verbas relativas aos arranjos exteriores, aumento do número de Assistentes Operacionais, correções relativamente à questão dos automóveis que são utilizados; - Foi-lhe dito que seria enviada uma adenda ou um novo auto, mas foi enviado um Auto exatamente igual ao que tinha sido enviado inicialmente; - Foi enviada nova carta demonstrando disponibilidade de reunir com o Sr. Ministro para analisar, caso a caso, a questão de Cantanhede, mas como não se encontrava no país, o seu adjunto, Dr. Eduardo Leal, ligou a transmitir que o Sr. Ministro estava atento à questão de Cantanhede e que estava em negociações com a ARS e com o SNS, para encontrar a solução ideal, adaptando algumas situações do Hospital de Cantanhede para ir ao encontro daquilo que se pretendia e que a resposta viria até ao final da semana passada, que não veio; - Voltou a mandar mensagem e como não obteve resposta, fez inúmeros telefonemas com o Dr. Eduardo Leal, tendo este transmitido que *"tem muita pena, gostava que Cantanhede aceitasse, porque como sabem há penalizações ao nível das transferências europeias"*, para quem não assinar até ao final do mês de setembro; - Estão a analisar, na ANMP e na CIM, o facto de, se não assinar o Auto não poderem fazer obras nas Extensões de

Saúde, por não ter a propriedade daquelas instalações, quando já está tudo preparado para avançar com as obras e os projetos já estão prontos; - A opinião do Dr. Eduardo Leal é que o Município deveria assinar o Auto e discutir a questão da Consulta Aberta, em sede do ULS; - Acabou de chegar um e-mail do seguinte teor: *“O Ministério da Saúde acompanha as preocupações da Câmara Municipal a que Vossa Excelência preside em relação ao atendimento e acompanhamento dos munícipes pelas unidades do Serviço Nacional de Saúde. Em Cantanhede, felizmente, é escasso o número de pessoas que não tem acesso a equipa de saúde familiar. A essa situação não é alheia a existência de várias Unidades de Saúde Familiar, modelo que aumenta a acessibilidade dos cidadãos e a satisfação dos profissionais. Há, no entanto, trabalho a fazer. Faltam ainda especialistas em medicina geral e familiar, de modo a garantir uma cobertura plena e a permitir o alargamento do horário de funcionamento das diferentes unidades, facilitando o acesso das pessoas designadamente em caso de doença aguda. No mesmo plano situo a necessidade de facilitar o acesso a exames complementares de diagnóstico, nomeadamente tirando pleno partido dos recursos existentes no Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Esse é o modelo de cuidados que entendemos, com ampla fundamentação técnica, ser o mais favorável, o atendimento expedito pela equipa de saúde familiar, que segue o utente e a família e plena utilização dos recursos disponíveis, nomeadamente em matéria de exames complementares para melhorar a resolutividade dos cuidados de saúde primários. As reformas que estamos a dinamizar no Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente a descentralização de competências para os municípios e a criação de Unidades Locais de Saúde, visam aprofundar esse modelo de cuidados de proximidade, de continuidade e de qualidade. Estaremos totalmente ao dispor da Câmara Municipal de Cantanhede para neste enquadramento prosseguir a avaliação das medidas*



adotadas em cada momento e promover a sua correção quando isso se revelar adequado. Espero que tenhamos condições para prosseguir esse caminho e aproveitamento para enviar melhores cumprimentos.”; - O Dr. Eduardo Leal, particularizou, dizendo que o ideal seria que houvesse uma excelente cobertura em termos das unidades de saúde, com o aumento do horário, com o complemento dos meios auxiliares de diagnóstico ou complementares no Hospital, mas que a questão da urgência ou Consulta Aberta, não é benéfica para o doente; - O Senhor Ministro, numa reunião da CIM disse que, muitas vezes, o facto das pessoas irem a uma consulta aberta em vez de irem logo para o hospital põe em causa a vida das pessoas, porque deveriam ir logo para um Hospital onde têm outro tipo de cuidados; - Relativamente à ULS, informou que, na CIM Região de Coimbra existirão duas ULS, uma constituída pelo Hospital da Figueira da Foz, os Centros de Saúde da Figueira da Foz, os Centros de Saúde de Montemor-o-Velho e de Soure, com cerca de 10.000 trabalhadores, a outra constituída por 20 Municípios, com 8 Hospitais (o CHUC, o Hospital dos Covões, o Hospital Pediátrico, duas maternidades, o Hospital de Sobral Cid, o Hospital Arcebispo João Crisóstomo e o Hospital Rovisco Pais) e 26 Centros de Saúde (14 Centros de Saúde do Pinhal Interior, Centro de Saúde do USF e Extensões de Saúde da Pampilhosa da Serra, de Góis, de Arganil, de Oliveira do Hospital, Tábua, Poiães, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere e as Extensões de Saúde de Cantanhede, de Celas, de Eiras, da Fernão de Magalhães, do Norton de Matos, de Santa Clara, de São Martinho do Bispo, todas as de Condeixa-a-Nova, da Mealhada, de Mira, de Mortágua e de Penacova) com cerca de 500.000 utentes e vai ser gerida por uma única Administração, sendo a sua sede no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra; - Quando se fala de descentralização, é exactamente o contrário, centraliza-se, deixando

de haver Administrações nos hospitais para existir uma Administração que será nomeado por todos os Municípios da CIM de Coimbra e da CIM de Leiria; - Que nesta área vastíssima, existe apenas uma urgência, a do CHUC, porque a de Cantanhede já não existe e existe em Arganil uma urgência no Centro de Saúde. Já na zona do grande Porto a ULS que vai ter o Santo António, o São João, o Hospital de Matosinhos, da Póvoa de Varzim, de Espinho, tem 7 urgências e, na grande Lisboa, Lisboa Norte, do Centro, Amadora/Sintra, Odivelas/Loures, a parte ocidental, tem 8 urgências; - Foi-lhe dito que, embora o Sr. Ministro também entenda que a lógica seria a requalificação da parte da saúde familiar e que a questão da necessidade ou não da urgência, deveria ser tratada depois do Município ter competências e de ter uma voz na administração da ULS para poder pressionar, caso venha a ser necessário, a criação da tal urgência em Cantanhede; - Não há alteração à deliberação da Câmara e o mês está a acabar esta semana; - Que a grande parte dos outros Município está a assinar, porque realmente aquelas questões já poderão ir ao encontro de algumas reivindicações, apesar de que, genericamente, porque quem analisa a questão dos números vê que a transferência de competências darão sempre prejuízo porque, as verbas em qualquer área de transferência de competências ficam aquém do que é necessário; - Não acredita que haja vontade ao nível das estruturas, ditas intermédias, de reabrir a consulta aberta, apesar de, no plano de integração dos dois Hospitais, antes de se falar na situação das ULS, existia parágrafo que dizia *“depois da integração será analisada pelo Senhor Presidente dos CHUC a possibilidade de reativação da consulta aberta em Cantanhede ou da criação duma urgência”*.-----

----- Referiu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, nada haver de novo às anteriores diligências do Executivo Municipal em relação à questão da assinatura do Auto de Transferência de Competências na área da saúde, pelo que não há muito mais a



discutir. Acrescentou que, perante a unanimidade no Executivo Municipal sobre o assunto, devem continuar no mesmo sentido, apesar de poderem ficar isolados, porque têm dados que permitem justificar essa posição. Referiu perceber que, em tese, a ideia da criação das ULS, tal como já aconteceu anteriormente com as Unidades de Saúde Familiar, deveriam ser o suporte para determinados casos agudos, porque deveria existir um médico sempre até às 8 horas da noite, mas que na prática, isso não acontece porque há um défice de recursos humano. Acrescentou que, admite poder haver, no futuro, uma abertura nesse sentido, mas primeiro há que por as tais ULS's a funcionar em todo o concelho de Cantanhede, para se chegar à conclusão da necessidade de existir uma consulta aberta, caso as USF não tenham capacidade de resposta. Acrescentou ainda que, como nada ainda está a acontecer, nem se vislumbra a médio prazo e até, muito menos a curto prazo, uma modificação daquele cenário, devem continuar a defender o que pensam ser o melhor para a população. Informou, de seguida que, fez na passada sexta-feira duas semanas, falou com o Sr. Ministro da Saúde na Assembleia da República, tendo-lhe deixado o desafio de vir assinar o Auto de Transferência e, previamente, fazer a reabertura da consulta aberta ou de uma eventual urgência, mas que o Município não estava em condições de assinar o Auto de Transferência se aquela situação não ficasse devidamente plasmada no mesmo, conforme já foi por diversas vezes solicitado pelo Executivo.---

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, no próximo fim de semana vai haver o Congresso da ANMP, onde irão ser discutidas as delegações de competências e algumas questões sobre a saúde, tendo solicitado que fosse colocado um ponto com a possibilidade dos municípios que não estão a aceitar os Autos pudessem avançar com as candidaturas para a requalificação das Extensões e dos Centros de Saúde, o que foi aceite. Informou ainda que, na

reunião da CIM realizada no dia anterior à presente sessão, também foi discutido o assunto, tendo já sido contactada para ir na próxima semana, discutir com o Ministério da Saúde a possibilidade de se poder fazer aquelas obras, porque há a questão da propriedade, que poderia ser contornada com um Protocolo. Referiu que, o facto de querer avançar com a requalificação daquelas extensões, demonstra um sinal de boa vontade em querer ficar com aquelas competências, porque, quando se fala de competências, o Município não vai ter opinião sobre a questão dos Médicos, dos Enfermeiros, dos Técnicos, dos Assistentes Técnicos, apenas vai pagar aos Assistentes Operacionais, pagar a água e a luz e fazer as manutenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual recordou que, quando a Consulta Aberta existia em Cantanhede, os doentes cuja patologia era aguda, eram reencaminhados imediatamente para Coimbra, em ambulâncias que estavam no local, não se colocando a questão suscitada. Referiu ainda que as coisas deveriam funcionar em pirâmide, logo o Ministério deveria mandar e tudo o que está abaixo deveria obedecer, em hierarquia, mas existem pessoas abaixo da pirâmide que tomam decisões erradas, e depois, não há coragem política de lhes tirar o tapete, porque existem compromissos e cumplicidades. Por último, acrescentou, em representação do Partido Chega, ser solidário com a posição da Câmara pelo que, uma vez que o Concelho não irá ficar pior de que está, devem apostar no tudo ou nada, porque uma vez assinado o Auto já não vai ser mais reversível.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual: - Reiterou que a bancada do PSD não entende nem o modelo ULS, nem o processo de transferência de competências, porque ainda há pouco diziam que a integração nos CHUC sem modelo ULS era a solução correta e que traria maiores

benefícios para o SNS, e, agora, após quase meio ano, dizem que o modelo ULS é o mais benéfico. Acrescentou ser necessária uma fundamentação técnica, pois salta à vista a incoerência, e ainda que, mesmo admitindo que aquele é o modelo que pode funcionar, face à dimensão daquela ULS, em relação ao que acontece no resto do país, ou esta está mal ou as outras é que estão mal. Concluiu que, sempre disseram que não eram de excluir soluções, nem modelos, no entanto parece-lhes que há imposição de ideias que vêm de cima para baixo, saltando à vista que essas ideias são um bocadinho zigzagueantes, o que é preocupante para o País, para Cantanhede e para as populações; - Reiterou que a bancada do PSD está solidária com a posição da Sr.ª Presidente da Câmara, na medida em que entende, o que tem sido a confluência de posições políticas nos diversos órgãos do município e que a posição que globalmente tem sido assumida com mais nuances, ou menos nuances, não podendo acreditar nas intenções de quem tantas vezes tem falhado, mesmo quando há compromissos críticos, sendo também certo e concordam que é imoral a implementação de mecanismos de pressão que roçam a chantagem. Pegando nas palavras da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referiu que, o que pode matar pessoas não é a existência de uma consulta aberta em Cantanhede, mas sim:

- A concentração de tamanha quantidade de gente num único local sem capacidade de resposta e onde tantas vezes as pessoas entram com uma doença na sala de espera e saem de lá com duas ou três;
- A existência de uma megaestrutura que terá uma dimensão ingerível;
- O subfinanciamento crónico do Sistema Nacional de Saúde;
- A falta de médicos de família e os serviços de urgência e as maternidades encerradas.

Mudando de assunto: - Deu os parabéns à Comissão Organizadora da Expofac, particularmente ao Município e à INOVA, pela forma como decorreu no corrente ano, mas também aos expositores, patrocinadores, parceiros institucionais,

comunicação social, etc... Acrescentou que o programa foi diversificado, talvez dos mais bem conseguidos dos últimos anos, e mostrou que, ao contrário do que às vezes se diz, é possível alcançar o sucesso mediante uma conjugação de artistas consagrados, alguns deles quase residentes na Feira, com nomes emergentes do panorama nacional e com artistas de alguma dimensão Internacional. Referiu também que, os espetáculos dos palcos secundários, a componente económica inerente à parte comercial e aos expositores, a cultura e as tradições presentes em múltiplas manifestações, espaços de exposição, a gastronomia, foram outros fatores que contribuíram para a atratividade, para o carácter único da Feira e para a dinamização do tecido associativo local. Referiu ainda que, as 400.000 pessoas que a visitaram, fazem da mesma uma Feira ímpar, que apesar da sua dimensão, poderá sempre ser melhorada. Sugeriu, finalmente, que possam ser implementados mecanismos de bilhética e outros que permitam prever as maiores enchentes atuando proactivamente para acautelar questões de segurança e evitar o encerramento forçado das bilheteiras;

- Enunciou os resultados alcançados por algumas personalidades do concelho, no período de verão, nomeadamente: - Miguel Gomes, aluno da Escola Secundária Lima de Faria, representou Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Química, em Zurique, na Suíça; - António Pedro Pina Seco, também aluno da Escola Secundária Lima de Faria, representou Portugal nas Olimpíadas Internacionais de Ciências da Terra e nas Olimpíadas Ibero Americanas de Biologia, ganhando medalhas de Bronze em ambas; - O jovem ciclista Manuel Marques, residente no concelho, foi um dos convocados para representar a Seleção Nacional de Estrada de Juniores, na prova de fundo do Campeonato da Europa de Ciclismo de Estrada; - André Mendes Abrantes, atleta sénior da secção de patinagem artística da Columbófila, participou no Campeonato do Mundo de Patinagem Artística; - A Treinadora Beatriz Santos e o

Selecionador Nacional João Santos, da Tocha, orientaram a nova geração de atletas portuguesas na obtenção do apuramento histórico da Seleção Nacional de sub22 femininos de voleibol para a fase final do Campeonato da Europa de 2024, a realizar em Itália; - Vasco Parreiral Simões Vaz, de Ançã, atual Diretor da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, revalidou, com a Seleção Nacional de Hóquei em Patins, o título de campeão da Europa de sub17; - Deu os parabéns à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, pela sua recente eleição para Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, constatando que aquela eleição, conjugada com a anterior eleição para a Associação Nacional de Municípios Portugueses, vem confirmar as características pessoais e profissionais que a Bancada do PSD lhe reconhece, e que fazem da mesma, a grande autarca que é. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual também deu os parabéns à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, pela sua recente eleição para o cargo de Vice-Presidente da CIM Região de Coimbra, esperando que consiga dar o melhor de si em prol dos concidadãos do Concelho que já representa uma grande comunidade. Referiu-se, de seguida, aos seguintes assuntos: - Relativamente à EXPOFACIC que, de facto, foi mais um sucesso, referiu que a questão da segurança também o preocupa, pois houve dias de grandes enchentes e de grande festa, sendo importante repensar o modelo relativamente a essa questão. Acrescentou que, não devem andar todos os anos à procura de recordes porque a EXPOFACIC é uma Feira que se quer com qualidade, a qual é retirada com aquelas enchentes. Acrescentou ainda que, esteve presente no dia dos Calema, tendo sido uma grande festa, mas não se sentiu bem, tal como as centenas de pessoas que não se sentiram bem com o aperto que se ali viveu, e que, se por um

lado é um motivo de orgulho a grande adesão de pessoas, por outro lado é motivo de preocupação, sendo importante que se pense na qualidade do evento, nomeadamente, no bem-estar das pessoas; - Relativamente à Praia da Tocha, recordando ser comum verem-se autocaravanas estacionadas nos pinhais, em frente ao Parque de Merendas, sem qualquer tipo de condições e em locais onde são proibidas, sugeriu que a Câmara considerasse a construção de um Parque para Autocaravanas ou de algo para resolver a situação, porque no momento, a Praia da Tocha não é um sítio de fixação mas um sítio de passagem, onde muitas das pessoas vão à praia, visitam-na e regressam, ou vão para a Praia de Mira ou vão para a Figueira da Foz, porque não há Hotel e o Parque de Campismo é pequeno.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual começou por colocar algumas questões sobre algumas vias do Concelho: - Ao longo da EN335 de acesso à autoestrada A17, com maior incidência na Sanguinheira e Gesteira, as redes de proteção estão a cair e o estaqueamento a apodrecer, qual é a intenção da Câmara para resolver aquela situação? Relativamente ao troço viário, a partir da Igreja da Sanguinheira até à rotunda da A17, já foi colocada nova tubagem de escoamento das águas pluviais, faltando o alcatroamento estando a estrada lastimosa. Tratando-se de uma estrada com bastante movimento e o cruzamento entre pesados e ligeiros ser algo perigoso, dado que do lado poente existem valas com alguma profundidade, qual a previsão do mesmo ser efetuado? Qual a previsão da continuidade da requalificação da estrada que liga Cantanhede a Lemedede, uma vez que o troço de Lemedede à rotunda do Papa Luas já se encontra concluído? Como a estrada que atravessa a povoação de Casal de Cadima se encontra bastante deteriorada, a sua requalificação está contemplada no Plano Plurianual? Relativamente à EXPOFACIC, alertou que, conforme foi informado, deve existir ao

fundo das Tasquinhas uma zona livre de 2 metros para que, caso haja uma fuga de gás numa cozinha, haver uma zona de escoamento, no entanto, essa zona é ocupada com grades de cerveja e com outras coisas. Acrescentou que, como não está a ser respeitada essa zona de 2 metros ao fundo das Tasquinhas, pode acontecer alguma coisa com os fogões que são a gás. Finalmente, informou ter uma declaração de agradecimento que passou a ler: *“Assunto: agradecimento pela receção ao líder Parlamentar do Partido Chega na Assembleia da República, Dr. Pedro Pinto, na EXPOFACIC no dia 05/08/2023. Excelentíssimos Senhores, Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr.ª Helena Teodósio, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr. Pedro Cardoso, Vereadores da Câmara Municipal de Cantanhede, Dr. Adérito Machado, Enfermeira Célia Simões e por terem estado presentes, Presidente da Assembleia, Dr. João Moura, Vereadores Engenheiro José Santos e Dr. Sérgio Negrão. Na qualidade de líder e representante da bancada do Partido Chega na Assembleia Municipal de Cantanhede, venho por este meio agradecer a Vossa Excelência e demais elementos do elenco camarário, a magnífica receção ao nosso líder parlamentar, Dr. Pedro Pinto e toda a sua comitiva à EXPOFACIC 2023, pela honrosa simpatia, demonstrando um gesto de sensibilidade democrática, apesar das diferenças ideológicas que porventura possam existir, as mesmas não constituíram qualquer impedimento que se tivesse criado um bom momento de confraternização. Os meus respeitosos cumprimentos, Cantanhede - 27/09/2023. O deputado Municipal Ulisses Cruz Gonçalves Salvador.”*-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Amélia Castilho, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, voltou a colocar a questão da intervenção do município no controlo dos animais de rua, assunto que já foi referido em anteriores sessões, inclusive com a petição de vários cidadãos. Acrescentou que

continuam a proliferar pelas ruas, cães e gatos, sem qualquer intervenção que se conheça do Município para controlo daquelas populações, situação que se tem agravado, com eventual impacto na saúde pública, nomeadamente, nos meses de calor, com ocorrência de pragas de pulgas em ruas de alguns lugares. Referiu ainda que são vários os municípios da Região Centro que já implementaram medidas de esterilização de animais, dando como exemplo o Município de Águeda, que tem um programa para a esterilização de animais de rua, e outros Municípios que têm programas de apoios a famílias carenciadas para a esterilização de animais de companhia, como por exemplo Anadia, Montemor-o-Velho, Vagos e Coimbra. Como o assunto já foi abordado em Assembleias anteriores, colocando-se na nova Veterinária do Município a esperança de se desenhar um programa de intervenção, solicitou informação sobre o desenvolvimento daquela matéria.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Cantanhede e Pocaríça, Nuno Caldeia, o qual, após cumprimentar todos os presentes, manifestou um expressivo voto de regozijo pelo culminar, no passado dia 9 de agosto, da intervenção efetuada no antigo Reservatório de Água, sito na Rua Carlos de Oliveira, bem no centro de Cantanhede, pela mão do artista plástico do Concelho, Juan Domingues. Referiu ter sido uma intervenção extremamente positiva, pela oportunidade de requalificação do espaço e daquele equipamento que se tornou um ponto de grande interesse e uma referência na expressão artística da cidade e do concelho. Acrescentou ser uma obra artística notável e que conta com a assinatura de um já conceituado artista plástico de Cantanhede, que embora não tendo nascido em Cantanhede, assume-se como cantanhedense. Acrescentou ainda que, aquela intervenção representa uma composição tripartida que flui entre as suas diferentes etapas, fazendo um percurso



ascensional, com a água do rio a subir em harmonia com a arquitetura do edifício e a história da região contada de forma cronológica: Na base do reservatório, o artista ilustrou as batalhas da guerra da restauração que concederam a António Luís de Meneses o título de Marquês de Marialva, seguindo-se o pilar, onde representou os gandareses, os habitantes das terras da Gândara, região identitária das terras arenosas que se estendem desde Aveiro até à Figueira da Foz. Referiu ainda que, tendo por base literária o romance “Uma Abelha na Chuva”, de Carlos de Oliveira, o artista espelhou de um modo folclórico e etnográfico, os habitantes e as suas identidades, alicerçadas na perspetiva, no sacrifício, na luta e ao mesmo tempo, plenas de paradoxalidade, havendo naquela obra uma profunda ligação ao passado e às tradições, visando sempre o futuro e o progresso. Por fim, no topo, através de um levantamento fotográfico, Juan Domingues mostra as diversas atividades características das 14 freguesias que fazem parte do concelho de Cantanhede, que vão da arte xávega às varinas a venderem nas ruas, passando pelo vendedor de ouro ambulante. Concluiu que aquela obra é efetivamente uma afirmação, não só da identidade de Cantanhede e da região onde se insere, mas também do próprio artista Juan Domingues, dando um grande agradecimento, reconhecido, ao Município de Cantanhede pelo desafio e ao artista Juan Domingues pela concretização do mesmo.-

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Carlos de Jesus, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que, na véspera da presente sessão, decorreu no pavilhão de São Caetano, o primeiro treino organizado pelo CCR de São Caetano, dando assim início à utilização efetiva daquele espaço. Sublinhou de seguida, a sua alegria e emoção por se ter tornado realidade ao fim de tanto tempo e agradeceu à Sr.ª Presidente da Câmara e à sua equipa por tudo o que tem conseguido fazer nos últimos tempos.-----

----- Interveio de novo a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual agradeceu os parabéns que lhe foram endereçados e afirmou esperar ir ao encontro do que pretende fazer, pois tem vontade para continuar na luta, não só por Cantanhede como pela Região Centro. De seguida, respondeu às questões suscitadas, da seguinte forma: - Relativamente à EXPOFACIC, confirmou que foi realmente uma excelente edição e, no que toca à questão da segurança informou que foi feito um plano de segurança em articulação com a Proteção Civil, a GNR e os Bombeiros Voluntários, tendo sido controladas as entradas e as saídas, todas as noites a todas as horas. Acrescentou que, sempre tiveram a noção de quantas pessoas estavam no recinto, num certo momento. Relativamente ao dia dos Calema, recordou que o recinto abriu às 4 da tarde, tendo tido muita gente que entrou mais cedo e que também saiu mais cedo, mas houve um número determinado de pessoas que ficaram junto ao Palco 1, que não se conseguiu controlar. Acrescentou que, como já estava muita gente em toda a Feira, num determinado momento tiveram de tomar uma atitude e reuniram com o Presidente do Conselho de Administração da INOVA, a Proteção Civil e o comando da GNR. Acrescentou ainda que, apesar das pessoas que estavam ainda fora do recinto para comprar bilhetes, ou até já com bilhetes comprados vindos de longe, colocada a questão à Comandante da GNR, a Capitã disse, *“é para fechar”* e fechou-se o recinto. Informou, de seguida que já estão a analisar a possibilidade de haver uma saída na zona das Juntas de Freguesia, mais rápida, para que não tenham de entrar na zona das traseiras do Palco 1, que por vezes, fica bloqueada em termos da possibilidade de entrar no recinto principal. Relativamente às casas de banho, informou que já não houve tanto problema porque foi adicionado um núcleo na zona das Tasquinhas que funcionou muito bem; - Relativamente ao Parque de Autocaravanas informou que o Parque de Campismo, na



Praia da Tocha, recebe caravanas. Acrescentou já ter falado com algumas Associações de Caravanistas e que chegou à conclusão que aqueles utilizadores procuram meios urbanos que lhes deem a possibilidade de irem a pé fazerem as compras, de irem a uma pastelaria, de irem ao restaurante e de terem segurança. Constatou existirem muitas freguesias no Concelho com áreas turísticas interessantes, podendo haver a construção de um parque de Caravanismo pelo Município, que não colida com a concessão do Parque de Campismo na Praia e até que seja concessionado a alguém ou a uma empresa, devendo ser muito bem analisado. Informou ainda que a parte do Turismo já tem essa nota, e alguns lugares equacionados que vão ser vistos em concreto para depois se poder decidir o que fazer; - Relativamente às questões de intervenções nas vias, informou que: - A obra Cantanhede / Lemedede já se encontra a concurso e recordou que já houve um concurso para todo o arruamento que caiu por problemas com a Empresa, tendo de seguida sido feito de forma repartida. Informou ainda que vai haver também uma intervenção da INOVA, que conduziu a uma correção do projeto; - Relativamente à zona de Casal de Cadima, que considera ser uma das piores em termos de piso do Concelho, informou que estão a aguardar várias intervenções da INOVA, estando articulado com executivo da Freguesia de Cadima a administração direta fazer a intervenção, não só nos passeios, mas também na zona à volta da Capela; - Relativamente ao troço da Sanguinheira, referiu ser pertinente e claramente uma via que tem que ser empreitada pela dimensão que tem, estando sinalizada e que será articulada com a Junta de Freguesia em termos de opções de intervenção; - Relativamente à questão das Tasquinhas, informou que está agendada uma reunião com as Associações para analisar todas as situações que possam ser melhoradas, ficando com a nota dos 2 metros e do escoamento; - Relativamente à questão dos animais, recordou que já

houve público a falar sobre o assunto na Assembleia Municipal realizada no BIOCANT, e curiosamente, já houve pessoas presentes na reunião de câmara que se manifestaram contra as pessoas estarem a alimentar os gatos e a criar focos de insalubridade. Solicitou de seguida ao Sr. Presidente da Mesa que o Sr. Vereador, Adérito Machado fizesse o ponto da situação de seguida; - Relativamente à intervenção no reservatório de água referiu que foi muito bem conseguida; - Relativamente ao Desporto, demonstrou a sua satisfação pela nova etapa do São Caetano. Finalizou a sua intervenção, informando que, no dia anterior a presente sessão, falou à Sr.^a Ministra da Coesão ser uma pena não haver fundos comunitários para a área do desporto e recordando que nos mandatos anteriores houve uma aposta fortíssima naquela área, com milhões que foram gastos em construções no concelho, algumas ainda por terminar, como é o caso do Parque Desportivo de Cantanhede, que ainda vai ter um enorme investimento. Referiu que é dito por muitas pessoas de fora, que Cantanhede tem grande qualidade nas instalações desportivas a vários níveis, falando-se muito do futebol, mas também do atletismo, do golfe, do ténis e da natação, e com 28 modalidades que estão a produzir resultados e que, tem pena que não haja financiamento, porque o Portugal 2020 acaba obrigatoriamente em dezembro próximo, existindo ainda muita coisa por executar. Acrescentou que, pelos dados analisados pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, os três municípios que mais executaram projetos, desde 2020, foram Cantanhede, Figueira da Foz e Oliveira do Hospital, o que considera um grande orgulho para o Município. Acrescentou ainda que os técnicos do Município já estão a trabalhar no 2030 e no PRR, tendo já muita coisa pronta e à espera de que as candidaturas arranquem. Esclareceu, de seguida, que há áreas em que o cálculo é indexado à execução das candidaturas anteriores, o que para Cantanhede é muito bom, porque fica sempre

num nível que não tem grandes oscilações, por ser o terceiro Município com maior população, o maior em termos de área e tem uma excelente execução.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Ulisses Salvador, reforçando, relativamente ao Auto Caravanismo, ser uma situação ingrata para as pessoas que têm autocaravanas, porque basta estarem estacionados e, se tiverem o degrau posto, é considerado prática de caravanismo, dando direito a coima. Acrescentou que, a Praia da Tocha não tem grande espaço para um parque de autocaravanas, mas talvez tenha a Tocha ou a Zona Industrial da Tocha.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vereador, Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou, relativamente aos animais de rua ou animais abandonados que: - No que toca aos cães, desde que a eutanásia foi extinta, o número de animais abandonados no concelho reduziu, porque as pessoas não os recolhem, nem os alimentam, ficando à míngua e a padecer; - Já em relação aos gatos, o número tem aumentado, porque como as pessoas alimentam colónias, eles reproduzem-se e quando se querem ver livres deles, as pessoas vão deixa-los junto dessas mesmas colónias. Informou, de seguida, que está a ser preparado um Regulamento Municipal para Apoio à Esterilização que, dentro em breve, será presente para ser discutido e aprovado na reunião de câmara e outro Regulamento para a criação de Colónias CED. Relativamente ao primeiro Regulamento informou que existirá um valor que o município estará disponível para suportar em parceria com outra instituição e em relação ao das colónias CED, que existe um enquadramento jurídico. Acrescentou que as colónias CED são colónias para gatos, CED porque são Captura, Esterilização e Devolução daqueles animais novamente à rua. Informou ainda que, não se podem agarrar os animais e devolvê-los novamente no local onde foram capturados porque

a partir daí, o responsável pelo gato, é o Município, o que não concorda. Acrescentou que, no momento, aqueles animais são considerados assilvestrados, que fazem parte do meio ambiente à semelhança do pardal ou de outras aves sendo normal andarem por toda a cidade. Recordou existir uma quantidade de gente sensível àqueles animais, que já o demonstraram várias vezes, mas se forem chamados para assumir a responsabilidade de uma Colónia CED, provavelmente não quererão aceitar essa responsabilidade, conforme já verificou pessoalmente. Acrescentou que há intenção de arranjar em 2 ou 3 locais fora da cidade para essas colónias, porque não é comportável para os dias de hoje, a convivência na cidade, com parasitas, lixo, maus cheiros, moscas, conforme se pode verificar em dois ou três locais na cidade, que não dignificam em nada a sua imagem. Voltou a referir a disponibilidade de criar duas ou três colónias CED, afastadas, nos arredores da cidade, de modo que os gatos corram menos riscos de serem atropelados e estejam protegidos. No entanto, tem de haver alguém que seja responsável por eles, conforme é imposto por Lei. Referiu que, no fundo, pretendem cooperar com a qualidade de vida dos animais, mas não aceitam que as pessoas continuem a despejar, que é o termo correto, os animais na rua de forma indiscriminada e que fiquem entregues a si próprios, pretendem que haja qualidade, que os animais sejam protegidos, mas como não podem ser todos recolhidos no canil, porque está lotado de cães e de gatos, têm de arranjar alternativa, mas enquadrada na Lei.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Amélia Castilho, a qual, comungando com a mesma preocupação, agradeceu os esclarecimentos prestados. Referiu de seguida que, apesar da responsabilidade da resolução ser individual, todos continuam a viver com essa realidade perto da porta e sabe o impacto

que tem em todo o resto, sendo uma questão que não pode continuar a ser empurrada com a ideia de que cada um deve fazer a sua parte.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu por concluído o Período de Antes da Ordem do Dia e solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara que fosse iniciada a apresentação do projeto existente para a marginal da Praia da Tocha, conforme havia solicitado no início da sessão.-----

----- A Sr.ª Presidente Câmara, Helena Teodósio, informou então que o projeto foi elaborado no Departamento de Obras Municipais, na Divisão de Estudos e Projetos, sendo o seu autor o Arquiteto Nuno Martins, ao qual passou a palavra.-----

----- Tomou então a palavra o Arquiteto Nuno Martins, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, auxiliando-se de uma projeção, apresentou detalhadamente o projeto, informando que se encontra ainda numa fase de estudo prévio, em colaboração com a Junta de Freguesia, a Associação de Moradores e os comerciantes, de forma que possa ser melhorado. Finda a sua apresentação, disponibilizou-se para responder a qualquer questão sobre o mesmo.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu a apresentação efetuada e referiu que, a todo o momento poderão ser feitas sugestões junto dos serviços camarários e, de seguida, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual questionou se está previsto mexer no espaço da Arte Xávega e, relativamente às alterações de trânsito, para cortar o trânsito em frente ao mar, se a Rua prevista para ter dois sentidos, não é demasiado estreita.-----

----- Respondeu o Arquiteto Nuno Martins ser inevitável o ajuste da forma como o trânsito funciona na zona Sul, que atualmente apenas sobe e desce pelo outro lado, tendo de ser revisto o estacionamento lateral existente para poder ter dois sentidos. Acrescentou que, como existe um *timing* para fechar o projeto, imposto pela Sr.ª

Presidente da Câmara, o processo está a ser acelerado pelo que agradece todos os contributos possíveis, sobre algo que possa ter falhado. Acrescentou ainda ser inevitável a existência de alterações, nomeadamente, nas Ruas secundárias e terciárias. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou que qualquer sugestão para aquele projeto fosse dirigido aos Serviços da Câmara e, de seguida, deu início ao período da ordem do dia.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»:**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 da Agenda de Trabalhos - «XXVI Congresso da ANMP / Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto, também Presidente de Junta de Freguesia»:**-----

----- Solicitadas propostas para Eleição do Presidente da Junta de Freguesia para representar as Freguesias do Concelho no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a bancada do PSD propôs o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, e em sua substituição, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Neto Torres, lista esta identificada com a letra A. Por sua vez, a bancada do PS propôs a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Febres, Raquel Catarina Batista de Jesus Grilo, e em sua substituição, o Sr. Presidente da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Vitor Manuel Bispo Folgado, lista esta identificada pela Letra B.----

----- Efetuada a votação, por escrutínio secreto, verificou-se o seguinte resultado: --

----- 24 Votos a favor da Lista A; -----

----- 7 Votos a favor da Lista B. -----

----- 1 voto em branco.-----

----- Realizada a respetiva votação foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Ançã, Cláudio Miguel Vaz Cardoso, e em sua substituição, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Asdrúbal Neto Torres, para representarem as Freguesias do Concelho de Cantanhede no XXVI Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

----- **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação, da atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede à Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede – 450 anos»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que, no feriado municipal foi atribuída a Medalha de Ouro da Cidade à Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, que conforme consta da proposta apresentada pela Câmara, obteve a anuência dos líderes das Bancadas, sendo presente na sessão, num momento posterior, para aprovação.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, a Câmara pretendia atribuir aquela medalha à Santa Casa porque, naquela altura, fazia 450 anos e não havia Assembleia Municipal, pelo que agradeceu em nome do Executivo a anuência manifestada pelos líderes das bancadas para poderem proceder nesse sentido.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, afirmando que todos os presentes sabem e reconhecem o que foi o papel da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede durante aqueles séculos, largamente justificado e expressado na reunião do executivo, bem como amplamente divulgado na própria cerimónia, colocou à votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação, da atribuição da Medalha de Ouro da Cidade de Cantanhede à Santa**

Casa da Misericórdia de Cantanhede – 450 anos», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 4, 5, 6, 7, 8 e 9 da ordem de trabalhos tratam de atribuições de subsídio às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremoço», ao Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras realizadas no Cemitério», ao Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Execução dos trabalhos de Silvicultura Preventiva durante o ano de 2021 – Equipa de Sapadores Florestais», ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXIII Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede» e ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Equipamentos para as Escolas Básicas da Freguesia».-----**

----- Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 4 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima, decorrente da Feira do Tremoço, pelo valor de 1.500,00€; - O ponto n.º 5, a



uma atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã, decorrente da realização da Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã, pelo valor de 1.500,00€; - O ponto n.º 6, a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira, no valor de 3.286,27€, que foi retificado para 985,88€, para as obras que estão a decorrer no cemitério da Sanguinheira; - O ponto n.º 7, a uma atribuição do subsídio à Freguesia da Tocha, pela execução de trabalhos silvicultura preventiva realizados durante o ano de 2021 pela equipa de Sapadores Florestais, no valor de 7.500,00€; - O ponto n.º 8, à atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, decorrente da realização do Tapas e Papas, no valor de 1.500,00€; - O ponto n.º 9, à atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, para participar a aquisição de equipamentos para as Escolas Básicas da Freguesia, no valor de 836,00€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / XVII Feira do Tremeço»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cordinhã / Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras realizadas no Cemitério»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Execução dos trabalhos de Silvicultura Preventiva durante o ano de 2021 – Equipa de Sapadores Florestais»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / XXIII Tapas & Papas – Feira de Gastronomia e Artesanato de Cantanhede»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Equipamentos para as Escolas Básicas da Freguesia»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 da ordem de trabalhos tratam de propostas de isenções de taxas às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança dos pontos anteriores.-----

----- Solicitou então à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença de espetáculos e licença especial de ruído / Mês da Cultura, da Saúde e do Desporto 2023»**, ao **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de espetáculos de música**

ao vivo e licença especial de ruído / 8.ª Mostra Gastronómica “Pica no Chão”», ao Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de espetáculos e licença especial de ruído / Marchas de S. João – Febres», ao Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / Semana Cultural da Freguesia de São Caetano», ao Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / Sun 7 Fontes», ao Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de espetáculos de música ao vivo e Dj’s, licença especial de ruído / XV Mostra Gastronómica da Sanguinheira», ao Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo, Dj’s e Ranchos Folclóricos e Licença Especial de Ruído / XXIII Tapas & Papas» e ao Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de espetáculos de música ao vivo (Fados) e Dj’s Licença especial de ruído / Espaço Folk».

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto 10, refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Ançã, pela emissão da licença de espetáculos e da licença especial de ruído pela realização do evento “Mês da Cultura, da Saúde e do Desporto 2023”, no valor de 141,15€; - O ponto 11, refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Febres, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído pela

realização do evento “8.ª Mostra Gastronómica Pica no Chão”, no valor de 99,78€; - O ponto 12, refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Febres, pela emissão da licença de espetáculos e da licença especial de ruído pela realização do evento “Marchas de São João - Febres”, no valor de 36,12€; - O ponto 13, refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de São Caetano, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído pela realização do evento “Semana Cultural da Freguesia de São Caetano”, no valor de 99,78€; - O ponto 14, refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Ourentã, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído pela realização do evento “Sun 7 Fontes”, no valor de 67,95€; - O ponto 15, refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído pela realização do evento “XV Mostra Gastronómica da Sanguinheira”, no valor de 99,78€; - O ponto 16, refere-se a uma isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo, Dj’s e Ranchos Folclóricos e da licença especial de ruído pela realização do evento “XXIII Tapas & Papas”, no valor de 160,25€; - O ponto 17, refere-se a uma isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e Dj’s e da licença especial de ruído pela realização do evento “Espaço Folk”, no valor de 95,48€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença de espetáculos e licença especial de ruído / Mês da Cultura, da Saúde e do Desporto 2023»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.



----- Passou-se de seguida ao **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / 8.ª Mostra Gastronómica “Pica no Chão”»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de espetáculos e licença especial de ruído / Marchas de S. João – Febres»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / Semana Cultural da Freguesia de São Caetano»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença de espetáculos de música ao vivo e licença especial de ruído / Sun 7 Fontes»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.---

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Sanguinheira / Licença de espetáculos de música ao vivo e Dj's, licença especial de ruído / XV Mostra Gastronómica da Sanguinheira»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça**

/ Licença de Espetáculos de Música ao Vivo, Dj's e Ranchos Folclóricos e Licença Especial de Ruído / XXIII Tapas & Papas», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariga / Licença de espetáculos de música ao vivo (Fados) e Dj's Licença especial de ruído / Espaço Folk**», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Findas aquelas votações, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referiu tratarem-se de valores baixos, mas que, ao fim do ano, representam milhares e milhares de euros.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)**»:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que iria apresentar o assunto, pelo facto da Sr.^a Vereadora, Célia Simões estar em representação do Município em Cantanhede do Maranhão, e o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, estar a receber o prémio da Arte Xávega, em Veneza. Informou então que, o Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, decorre da delegação das competências na área da Ação Social, que eram então exercidas pela Segurança Social. Esclareceu que, até à sua aprovação, cada caso analisado no âmbito da Ação Social necessitava ser aprovado em reunião de Câmara, não havendo mais essa necessidade logo que o Regulamento seja aprovado. Acrescentou que, a proposta do Regulamento em causa esteve em consulta pública pelo prazo de 30 dias, tendo



terminado sem que houvesse qualquer proposta, contributo ou sugestão relativa a alguma alteração. Genericamente, referiu que, aquele Regulamento se destina a implementar as alterações, decorrente da lei habilitante, do objeto e das normas que têm a ver com aquele serviço, por forma a garantir um bom funcionamento do mesmo e dar bem-estar e segurança às famílias. Acrescentou que, o mesmo se destina a apoiar o acompanhamento social de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, onde estão também incluídos todos os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, tendo como objetivo fazer não só o atendimento das pessoas e das famílias, mas também dar informação, orientação e apoio técnico a cada pessoa e a cada família, explicar e ajudar na forma de acesso a recursos e equipamentos a serviços sociais, fazer diagnósticos sociais dos problemas de cada família e eventualmente atribuir subsídios com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica. Deu nota, de seguida, que se verifica a existência de uma grande quantidade de imigrantes a residir não só na cidade, mas em todo o concelho, estando escolas e jardins de infância a ficar cheios e que estavam à beira de fechar, havendo necessidade de alguns polos. Referiu que se pretende que os emigrantes estejam bem inseridos e que se sintam bem, sendo curioso verificar-se que estão perfeitamente elucidados, pela quantidade de pessoas que recorrem ao Banco de Recursos na questão de roupa, de roupa para casa, de chávenas, de pratos ou de copos, tendo o acompanhamento sido feito pelos Serviços que verificaram uma quantidade de pessoas que estão a residir na cidade, vindas de sobretudo do Brasil, mas também da Venezuela, da Ucrânia, do Nepal, do Paquistão, representando muita mão de obra para alguns sítios, como na restauração, nos supermercados e até nas IPSS's.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Regulamento Municipal do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 19 - «Procedimentos a adotar para a prescrição das dívidas provenientes da ação social escolar e de outras receitas administrativas pelo Município / Para conhecimento»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou ser um assunto proveniente de anteriores mandatos, que já foram tomadas várias medidas e que houve situações em que se conseguiu reverter algum tipo de dívidas. Esclareceu de seguida que, de acordo com a informação da Divisão Financeira, existem dívidas que prescrevem ao fim de 8 anos e que entre 01/01/2015 e 30/06/2015, prescreveu o valor total de 11.146,68€, respeitante a despesas de refeições, de transportes e de horas extraordinárias que que não foram pagas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referindo que, tanto quanto sabe, a Câmara está isenta de taxa de justiça e tem um gabinete jurídico, questionou se não se poderia mover uma ação, por uma questão de lição de urbanidade para quem brinca com o sistema.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara que, ainda no mandato do Sr. Presidente da Mesa, João Moura, decorreram negociações nos Julgados de Paz, que não eram fáceis, porque, muitas das vezes as pessoas que estavam com aquelas dívidas pertenciam a famílias que, em termos de análise social, tinham rendimentos e podiam pagar e, de seguida, foi feito um acordo com as Finanças, para que as dívidas fossem para execução fiscal. No entanto ainda existe uma dívida acumulada a



30/06/2023 de 117.676,00€ apesar de se terem tomado aquele tipo de medidas.-----

----- Respondeu o Sr. Ulisses Salvador, que os Julgados de Paz não têm decisão vinculativa, apenas sendo consensual se ambas as partes concordarem, sendo melhor uma ação judicial.-----

----- Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, recordando que, há muitos anos foram a uma Câmara que tinha um sistema implementado, e que tomava duas medidas que foram pensadas mas que não foram implementadas: - A primeira, "*o pai não paga, a criança não come*", problema que quando reiterado, aquela Câmara mandava para a CPCJ, porque entendiam que havia uma falta de proteção e negligência relativamente à alimentação do filho; - Eram escolas em que as refeições eram pagas através de cartão, e quando não estava carregado para se poder comer a refeição, a criança não comia, sistema que também não foi implementado porque há que se pensar primeiro no bem-estar inicial da criança ou do jovem, antes do pai ou da mãe. -----

----- Referiu o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, ser um assunto muito sensível, não tendo as crianças culpa dos erros que os pais cometem, pelo que o Município nunca iria implementar aquelas medidas pelo que, não tem dúvida que, a melhor solução é a execução fiscal que leva à penhora do salário, o problema fica resolvido e é feita a lição.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 da ordem de trabalhos tratam de atribuições de subsídio às Freguesias, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito nos pontos anteriores.-----

----- Solicitou então à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras realizadas na sede da Junta de Freguesia», ao Ponto 21 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada», ao Ponto 22 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de construção do piso do Parque Infantil», ao Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de reparação do Parque Manuel Zanaga», ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras no Quintal da Fonte de preparação para a época balnear 2023», ao Ponto 25 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / XX Feira do Bolo de Ançã», ao Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira e à Freguesia de São Caetano / Semanas Culturais das Freguesias do Concelho de Cantanhede 2023», ao Ponto 27 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Sun 7 Fontes 2023», ao Ponto 28 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / “Festival Pica no Chão – Mostra Gastronómica e Cultural de Febres”» e ao Ponto 29 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia**



da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Meses de abril 2023 a agosto 2023».-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O Ponto n.º 20 refere-se à uma atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, destinado a obras realizadas na sede daquela Junta, no valor de 7.453,00€; - O Ponto n.º 21, refere-se a uma atribuição de subsídio à mesma Freguesia, no valor de 3.948,23€, para a requalificação do Quintal da Fonte e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada, nomeadamente uma revisão de preços daquela obra assumida pela Junta de Freguesia, mas que foi financiada pela Câmara; - Relativamente ao ponto n.º 22, informou que, em tempos, quando foi feita a Quinta da Sobreira, estava definido que a INOVA faria o Parque Infantil, tendo recebido do promotor os valores para o fazer, mas não o fez. Como tinha de avançar, a Junta de Freguesia fez a obra, mas os valores programados à época e que a INOVA tinha recebido já não eram suficientes. Acrescentou que a Junta de Freguesia de Ançã fez parte do piso do desnível que existia naquela zona e parte da laje e da cobertura, pelo valor de 11.360,10€, sendo agora atribuído um subsídio de 3.408,03€, correspondendo a 30% daquele valor; - O Ponto n.º 23 refere-se a uma obra que estava a decorrer no Largo Manuel Zanaga, que foi totalmente danificado por uma empresa que tinha sido contratada pelo Município para deslocar uns postes de média tensão, durante as obras da recuperação da Capela e envolvente a São Bento e que a Junta de Freguesia de Ançã intervencionou, sendo atribuído um subsídio no valor de 9.995,85€; - Relativamente ao ponto n.º 24, a Junta de Freguesia de Ançã também se substituiu a Câmara para fazer as obras de preparação para a época balnear no Quintal da Fonte, aliás, no valor de 25.910,52€, conforme subsídio a atribuir; - No ponto n.º 25, para a organização da 20.ª Feira do Bolo de Ançã, um

subsídio no valor de 1.200,00€, também para a Junta de Freguesia de Ançã; - No Ponto n.º 26, relativamente à organização da semana cultural de São Caetano e da Semana Cultural da Sanguinheira, a atribuição de um subsídio de 1.000,00€, quer à Freguesia de São Caetano, quer à Freguesia de Vilamar; - No ponto n.º 27, a atribuição de um subsídio à Freguesia de Ourentã, pela organização do Sun 7 Fontes 2023, no valor e 1.000,00€; - No ponto n.º 28, pela organização da Mostra Gastronómica e Cultural de Febres e do Festival Pica no Chão, um subsídio à Freguesia de Febres no valor de 1.500,00€; - Finalmente, no Ponto n.º 29, como forma de ressarcir as Juntas de Freguesia das despesas realizadas com os enfermeiros/enfermeiras, porque os consumíveis continuam a ser fornecidos pela ARS apesar de não terem ainda assinado o protocolo, um subsídio no valor de 1.372,92€ para a Freguesia de Cordinhã, 1.395,84€ para a Freguesia de Ourentã, 1.251,78€ para a Freguesia de Sanguinheira, 1.372,92€ para a União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, 1.346,00€ para a União das Freguesias de Covões e Camarneira e 1.736,34€ para a União das Freguesias de Portunhos e Outil.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras realizadas na sede da Junta de Freguesia»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 21 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 22 – «Apreciação, discussão e votação da**



proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de construção do piso do Parque Infantil», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 23 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de reparação do Parque Manuel Zanaga», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras no Quintal da Fonte de preparação para a época balnear 2023», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 25 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / XX Feira do Bolo de Ançã», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira e à Freguesia de São Caetano / Semanas Culturais das Freguesias do Concelho de Cantanhede 2023», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 27 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Sun 7 Fontes 2023», para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 28 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / “Festival Pica no Chão – Mostra Gastronómica e Cultural de Febres”»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 29 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariza, à Freguesia de Cordinhã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, à Freguesia da Sanguinheira e à Freguesia de Ourentã / Postos de Enfermagem / Meses de abril 2023 a agosto 2023»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2024, relativa ao exercício de 2023»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou a possibilidade de apresentar também o **Ponto 31 – «Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar no ano de 2024 e relativa ao exercício de 2023»**, o **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) a cobrar no ano de 2024 e relativa ao exercício de 2023»** e o **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2023 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local**



fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)», o que foi concedido.-----

----- Retomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo, em jeito de introdução que, quem está em contacto constante com Municípios e com a situação de cada um deles, vê e sente a dificuldade que neste momento está a ser gerir uma autarquia, porque, conforme já comentou várias vezes, as delegações de competências não cobrem, nem de longe, nem de perto, as despesas inerentes. Acrescentou que, com o acréscimo dos funcionários, das Escolas, necessários para a Ação Social e dos que virão da área da Saúde, para os quais são ou serão transferidas as verbas, o Município não poderá continuar a funcionar da mesma maneira porque vai tratar de muitas pessoas, com concursos constantes, com entrevistas, para além da parte financeira e da contratação. Referiu ainda que, no dia anterior, a Sr.ª Ministra da Coesão disse que nunca foi tão difícil negociar com a Europa, porque, na sua opinião, os países financiadores estão numa tendência mais para a direita e têm uma postura mais inflexível nos cumprimentos, dificilmente aceitando situações e prazos que não sejam cumpridos, sem esquecer a situação da Ucrânia quando começar a ser recuperada, existindo um receio do que irá acontecer em Portugal e nos outros países, com o acesso a empresas de construção que, naturalmente, serão apeladas a reconstruir um país que está numa grande desgraça. Referiu ainda, que também foi feito um apelo à Sr.ª Ministra da Coesão, no sentido da CIM poder fazer contratos para ajudar a fazer projetos para os Municípios, porque, grande parte dos Municípios da região, não têm estrutura técnica para fazer um projeto. Outro assunto que falou com a Sr.ª Ministra, foi que, por muito que um Município possa estar mais confortável em termos de situação financeira, o facto de não poder lançar um valor do lado da receita antes dela estar aprovada em

termos de candidatura, rouba uma parte do orçamento. Deu como exemplo, a obra da Lima de Faria que já avançou, que vai ser candidatada, faltando a parte dos arranjos exteriores e das oficinas, e que rondará os 7.000.000,00€. Acrescentou que a obra está consignada, mas a Divisão Financeira teve de retirar já uma verba ao orçamento, porque se sabe que aquela obra supostamente vai ser financiada a 100%, está sinalizada no plano, mas enquanto a candidatura não vier aprovada, em termos orçamentais, não se pode colocar aquele valor do lado da receita. Acrescentou ainda que, deveria existir uma possibilidade de liquidez e uma possibilidade de disponibilidade de caixa para avançar com a obra, não só em termos orçamentais, mas para poder avançar e pagar, porque as obras vão avançar antes da candidatura estar aprovada, não podendo o Município descurar algo relacionado com os impostos. Informou ainda que, a ANMP, está a tentar negociar com o Governo a possibilidade de aumentar a percentagem sobre os impostos para as autarquias, porque ao nível da Europa, Portugal é o país que recebe menor percentagem em termos dos impostos. Como exemplo, deu o caso da comparticipação no IRS, que é de 5% sobre o que o Governo recebe, propondo-se que aquela percentagem passe para 10%, no entanto, o Governo foi muito claro e disse que se der mais 5%, depois o município X e Y em termos políticos interessa-lhe descer essa percentagem. Acrescentou que, em conversa com colegas de Municípios do Partido Socialista e outros independentes, diziam exatamente isso, que tinham de aumentar os impostos porque não conseguem aguentar, apesar de haver impostos mais e menos justos. Acrescentou ainda que, ter 0,4% ou 0,38% ou 0,3% no município como a Pampilhosa da Serra e ter as mesmas percentagens para uma casa no centro do Porto ou em Oeiras, não tem nada a ver, o primeiro não recebe quase nada e os últimos recebem milhões, devido a avaliação elevada do seu parque habitacional. Informou, de seguida que: - Relativamente à taxa

de IMI, pretende manter a taxa de 0,38%, mas, com a redução ao nível do agregado familiar de 20,00€ para os agregados com um dependente, 40,00€ com 2 dependentes e 70,00€ com 3 ou mais dependentes, redução essa que tem atingido um impacto de cerca de 70.000,00€; - Relativamente à Derrama, informou que existe alguma flexibilidade nas candidaturas relativas aos investimentos para as Zonas Industriais e às zonas de acolhimento empresarial mas que o valor é diminuto pelo que tem havido um enorme investimento, sendo dito sempre que é o valor da Derrama é para aplicar nas 4 Zonas Industriais. Informou que, se está a tentar alargar a Zona Industrial de Murte de em termos do PDM, o que levará a investimentos bastante grandes, mas apesar de ter tido uma candidatura aprovada para uma Zona Industrial, não foi aceite porque exigia que o preço do metro quadrado fosse superior ao estipulado, o que seria incomportável. Informou finalmente, que a taxa da Derrama será 1,5% sobre o lucro tributável, aos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150.000,00€, e de 0% sobre o lucro tributável das empresas cujo volume de negócios não ultrapassem os 150.000,00€; - Relativamente ao IRS, a taxa de 5%, sendo o valor deste imposto destinado a intervenção social; - Relativamente à Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, a taxa de 0,25% a pagar pelas entidades que oferecem as redes e os serviços de comunicações e que não podem ser cobradas aos consumidores. Informou ainda que, o valor daquela Taxa, que inicialmente era residual, neste momento atinge o valor, 12.000,00€.

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a cobrar no ano de 2024, relativa ao exercício de 2023»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 7 votos contra.

----- Após a votação o Sr. Abel Carapêto procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do Partido Socialista, do seguinte teor:

“Os tempos continuam difíceis e desafiantes. Não bastando dois anos terríveis de uma pandemia, assistimos à inqualificável invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, o que provocou uma guerra que trouxe à tona e confirmou os mais negros receios de instabilidade global a múltiplos níveis. Além do impacto negativo tremendo que este cenário, através da espiral inflacionista, introduziu na vida quotidiana das nossas populações, há um fator que tem determinado indelevelmente o grau de dificuldade substancialmente superior que é hoje ter de viver com bastantes aumentos do custo do crédito. Falamos como é obvio no aumento consecutivo e histórico das taxas de juro por parte do BCE, o que impacta diretamente, por via do nosso sector bancário, em todos os que nas últimas décadas recorreram ao crédito indexado às diferentes taxas Euribor. Pois bem, se aos factos descritos anteriormente adicionarmos o facto do cenário financeiro genérico do município de Cantanhede ter até melhorado em indicadores como por exemplo a capacidade de endividamento conforme constatável no documento “PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2022”, torna-se para a bancada do Partido Socialista, de difícil compreensão a proposta apresentada (manutenção do valor aprovado anteriormente). Perante o descrito, não querendo de forma alguma fomentar o endividamento irresponsável, parece-nos de difícil compreensão a inexistência de condições financeiras para absorver o impacto de uma potencial revisão da taxa em baixa. Na nossa perspetiva será sempre nos momentos de excecionalidade que será necessário, mesmo fundamental, adotar medidas de similar caráter, e cumprir a sempre manifesta preocupação com as atuais dificuldades sentidas pelos nossos munícipes. Assim, votaremos CONTRA esta proposta por considerarmos que estão reunidas as



condições adequadas para que, conforme temos vindo a defender nos últimos anos, seja revista em baixa a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) no concelho de Cantanhede e assim inverter a tendência de sobrecarga dos munícipes e famílias.”---

----- Após a votação, o Sr. Carlos Fernandes apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do Partido Social Democrata, do seguinte teor: “1) Nos termos da alínea c) do n.º 1 e no n.º 5 do artigo 112º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, que aprovou os Códigos do IMI e do IMT, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte, entre os limites de 0,3% e 0,45%. 2) Os 0,38% de taxa proposta para o Município de Cantanhede são significativamente inferiores ao máximo legal (que até já foi de 0,5%) e aproximam-se do valor médio permitido. Esta taxa representa uma receita a rondar os 5,7 milhões de euros para o Município, dos quais 4,5 milhões correspondem à taxa mínima (0,3%) e seriam sempre cobrados aos cidadãos, em resultado da aplicação da Lei. 3) Num quadro de equilíbrio, verifica-se assim que o Município de Cantanhede, a favor dos cidadãos, abdica de receber 1 milhão de euros (ao prescindir da taxa máxima) e, por outro, garante a sua sustentabilidade financeira e a continuidade da política de investimentos, ao não aplicar uma taxa demasiado reduzida, o que poderia implicar uma perda excessiva de receita e condicionar a atividade. 4) Deve também ser avaliar-se o enquadramento geográfico e o equilíbrio entre atratividade e política fiscal, critérios mediante os quais se verifica que a receita de IMI em Cantanhede está alinhada com as receitas dos principais concelhos da região, visto que a receita não depende apenas da taxa aplicada, mas também do número de prédios urbanos e do seu valor patrimonial, entre diversos outros fatores que devem ser analisados conjuntamente. 5) Cantanhede tem, segundo os dados dos Censos 2021, mais de 21.000 habitações e milhares de prédios

urbanos que não correspondem a habitações, pelo que facilmente se pode estimar que a redução do IMI para a taxa mínima tem um pequeno efeito para os proprietários (redução de cerca de 40 euros, em média, por cada prédio urbano), mas um efeito muito significativo para o Município de Cantanhede, que ficaria adicionalmente privado de 1,2 milhões de euros em receita. 6) Por outro lado, mantém-se a preocupação do Município de Cantanhede com as famílias, através da redução do IMI para agregados familiares com dependentes, medida fundamental para as dinâmicas sociais e a atracção e ancoragem de jovens famílias, e que há anos tem sido deliberada pelo executivo nos seus valores máximos, ou seja, 20, 40 e 70€ para os agregados familiares com, respetivamente, um, dois e três ou mais dependentes a cargo. 7) Mantêm-se também outros programas e apoios municipais, que devem ser vistos de forma complementar a esta taxa e cujo impacto é, em muitos casos, superior ao de qualquer redução da taxa. Falamos naturalmente do Programa de Apoio à Natalidade, dos incentivos à Reabilitação Urbana e do Programa de Apoio à Empregabilidade. 8) Simultaneamente, o Governo fez aprovar, com o apoio exclusivo do PS, um Pacote Habitação, alvo de contestação generalizada da oposição, de várias associações empresariais ligadas ao setor, da sociedade civil e até do Presidente da República. Seja o Programa Habitação bom ou mau, tem sido muito discutido e importa atender a este contexto para perceber se o IMI é encarado pelo Governo e pela sociedade como fator prioritário na crise da habitação, nos problemas que se colocam aos jovens, nas dificuldades ao arrendamento e nas políticas fiscais. 9) Facilmente se conclui que não e que as opções tomadas vão no sentido das decisões tomadas no Município de Cantanhede, porque o referido pacote habitação apenas contém algumas medidas marginais relativas ao IMI, registando-se novos incentivos e isenções fiscais, mas também novos agravamentos. 10) Curiosamente, também em

sintonia com o que se passa em Cantanhede, a medida relativa ao IMI que é apontada como sendo a mais significativa, passa pelo futuro aumento da dedução do IMI familiar, ou seja, do valor que as câmaras podem atribuir aos residentes, em função do número de dependentes. Também curiosamente, regista-se que esta medida foi incluída em resultado de uma proposta do PSD. 11) Por tudo o exposto, a bancada do PSD, mantém a confiança nas opções do executivo liderado pela Dr.ª Helena Teodósio, pelo que vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2024, relativa ao exercício de 2023.”-----

----- Também o Sr. Ulisses Salvador, apresentou a seguinte declaração de voto:
“*Queria aqui manifestar o meu apoio ao executivo da Câmara nesta postura de impostos, porque quer queiramos quer não, há uma realidade, há despesas a aumentar e a Câmara de alguma forma tem que ir buscar dinheiro a algum lado. Claro que o IMI ninguém gosta de o pagar, nem eu nem nenhum dos que está aqui, mas, no entanto, não deixa de ser uma verba que veio colmatar algumas despesas que a Câmara neste momento está a ter por inerência, do acumular de algumas delegações de competências. E relembro que quanto às famílias mais vulneráveis, as mesmas, como já foi aqui dito, beneficiam de algumas isenções, portanto, não me parece assim tão, tão, tão estranho esta taxa de impostos, que também como foi já aqui referido, não chega ao máximo praticado nalguns sítios, portanto, o meu voto é favorável relativamente a esta taxa.”-----*

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 31 – «Apreciação, discussão e votação da proposta da Taxa de Derrama a liquidar e cobrar no ano de 2024 e relativa ao exercício de 2023»**, relativamente ao qual não houve pedidos de intervenção, e colocado a votação, foi aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 7 votos contra.-

----- Após a votação o Sr. Tito Monteiro procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do Partido Socialista, do seguinte teor:

“Os tempos continuam difíceis e desafiantes. Não bastando dois anos terríveis de uma pandemia, assistimos à inqualificável invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, o que provocou uma guerra que trouxe à tona e confirmou os mais negros receios de instabilidade global a múltiplos níveis. Além do impacto negativo tremendo que este cenário, através da espiral inflacionista, introduziu na vida quotidiana das nossas populações, há um fator que tem determinado indelevelmente o grau de dificuldade substancialmente superior que é hoje ter de viver com bastantes aumentos do custo do crédito. Falamos como é obvio no aumento consecutivo e histórico das taxas de juro por parte do BCE, o que impacta diretamente, por via do nosso sector bancário, em todos os que nas últimas décadas recorreram ao crédito indexado às diferentes taxas Euribor. Pois bem, se aos factos descritos anteriormente adicionarmos o facto do cenário financeiro genérico do município de Cantanhede ter até melhorado em indicadores como por exemplo a capacidade de endividamento conforme constatável no documento “PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO 2022”, torna-se para a bancada do Partido Socialista, de difícil compreensão a proposta apresentada (manutenção do valor aprovado anteriormente). Perante o descrito, não querendo de forma alguma fomentar o endividamento irresponsável, parece-nos de difícil compreensão a inexistência de condições financeiras para absorver o impacto de uma potencial revisão em baixa da taxa. Na nossa perspetiva será sempre nos momentos de excecionalidade que será necessário, mesmo fundamental, adotar medidas de similar carater, que no mínimo tivessem em conta os valores da inflação ocorrido este último ano. Tendo também em conta que os Executivos da Câmara Municipal de Cantanhede têm apresentado consecutivamente

saldos de gerência positivos na ordem dos milhões de euros, votaremos CONTRA esta proposta por considerarmos que estão reunidas as condições adequadas para que, conforme temos vindo a defender nos últimos anos, seja revista em baixa a taxa de Derrama Municipal no concelho de Cantanhede e assim inverter a tendência de sobrecarga do tecido empresarial.”-----

----- Também o Sr. Carlos Fernandes apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do Partido Social Democrata, do seguinte teor: “1) De acordo com o número 1, do Artigo 18º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigora até ao limite máximo de 1,5 % sobre o lucro tributável. 2) O mesmo Artigo prevê que a Assembleia Municipal possa, sob proposta da câmara municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 €. 3) A taxa de derrama foi criada em 1998 durante o primeiro Governo de António Guterres, através da Lei das Finanças Locais de então (Lei n.º 42/98) que previa que os municípios pudessem aplicar uma taxa de derrama até aos 10%. 4) Nos governos de José Sócrates, a receita dos municípios foi reduzida e transferida como a receita para o Estado Central, mediante a redução da taxa da derrama municipal para o máximo de 1,5% e mediante a introdução da derrama estadual, através da Lei n.º 12-A/2010, que tinha um carácter transitório, proporcional e excecional, no seguimento de medidas que tinham como objetivo «reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública. 5) Embora enquadradas por normativos legais diferentes, a derrama municipal e a derrama estadual funcionam basicamente como dos acréscimos sobre o IRC e o seu cálculo, com adaptações, rege-se basicamente pelos mesmos princípios tributários (por um lado, a derrama estadual aplica-se

apenas a empresas com lucro tributável superior a 1.500.000,00 €, por outro lado, a sua taxa varia atualmente entre os 3 e os 9%). 6) Denotamos que aquando da discussão sobre a reforma do IRC aprovada em 2014, foi discutida e aprovada a Proposta de Lei nº 175/XII, apresentada pelo então Governo de Pedro Passos Coelho e que, atendendo ao carácter excecional e transitório da medida, previa a eliminação da derrama estadual em 2018. 7) Todavia, em 2017/2018 e já com António Costa no Governo, verificou-se que derrama estadual não foi abolida e, pelo contrário, a Lei do Orçamento de Estado para 2018 veio introduzir um agravamento de taxa ao último escalão, que então passou de 7% para 9%. 8) A derrama estadual, aplicada sobre a taxa nominal de IRC de 21% pode fazer subir a taxa efetiva deste imposto até aos 31,5%, o que limita o crescimento das empresas e as torna menos competitivas no mercado global, porquanto vários países europeus têm taxa efetiva abaixo dos 12%. 9) Em acréscimo, os números disponíveis permitem aferir que os impostos diretos têm um peso superior relativo nas Contas do Estado do que no Orçamento Municipal e, particularmente no caso do IRC e da Derrama, representam 3% da receita municipal, enquanto representam 9% das receitas do Estado Central. 10) Portugal continua a ser dos países com maior carga fiscal da Europa (36,4% do PIB em 2022) e a Confederação Empresarial de Portugal tem sucessivamente defendido a descida gradual do IRC e da derrama estadual, porquanto esses são fatores identificados como críticos para garantir a melhoria generalizada das condições de vida, sem colocar em causa a sustentabilidade das contas públicas. 11) Todavia e apesar do Ministro da Economia ter defendido essa solução aquando da discussão do Orçamento de Estado para 2023, já esta semana foi anunciado que a redução das taxas nominais de IRC é uma das áreas em que o Governo não terá abertura para discutir no âmbito do Orçamento de Estado para 2024. 12) Os níveis elevados de

inflação, as políticas monetárias seguidas pelo Banco Central Europeu, a incerteza gerada pela Guerra da Ucrânia, a manutenção de políticas de investimentos e a contenção do endividamento são algumas das razões invocadas pelo Governo para resistir a baixar este e outros impostos. 13) Se o Governo que arrecada a esmagadora maioria do IRC, entende não estarem reunidas condições para a baixa desse imposto e se, ainda por cima, lhe acrescenta uma elevada derrama estadual que era suposto ter um carácter transitório e excecional, por analogia e com as devidas adaptações, o Município de Cantanhede e mesmo que o seu peso relativo seja significativamente inferior, não pode deixar de usar da mesma prudência ou abdicar desta importante receita. 14) A proposta da Câmara Municipal de Cantanhede de aplicação de uma taxa reduzida de 0% sobre o lucro das empresas com volume de negócios inferior a 150.000€, conjugada com os princípios de aplicação do imposto resulta na isenção da esmagadora maioria das pequenas e médias empresas instaladas no concelho e de todas as empresas que, independentemente da sua dimensão, não apresentam lucro tributável. 15) A nível do enquadramento local, contactam-se diversos fatores que devem também ser tidos em linha de conta para contextualização da proposta: a existência de diversos programas e medidas municipais de apoio às empresas; o retorno sob a forma de investimentos em infraestruturas e acessibilidades, particularmente no que se refere às zonas industriais; a elevada procura que o Município de Cantanhede continuam a registar para a instalação de empresas; por comparação, as taxas praticadas nos principais centros urbanos da região. 16) Não se pode deixar de recordar que a derrama até é socialmente visto como um imposto de esquerda, seja porque foi sendo criado e agravado em sucessivos governos socialistas, seja porque a fórmula de cálculo do imposto, incidindo sobre o lucro tributável, no fundo garante uma contribuição proporcional aos ganhos, sendo depois

a riqueza redistribuída sob a forma de investimentos e, de certa forma, alcançando-se objetivos de justiça material. Pelo exposto, a bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede relativa à proposta da Taxa de Derrama a cobrar em 2024.”-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) a cobrar no ano de 2024 e relativa ao exercício de 2023»**, para o qual não houve pedidos de intervenção, tendo sido colocado a votação e aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 7 votos contra.-

----- Após a votação, a Sr. Amélia Castilho procedeu à leitura de uma declaração de voto subscrita pelos elementos da bancada do Partido Socialista, do seguinte teor: “*Os tempos continuam difíceis e desafiantes. Não bastando dois anos terríveis de uma pandemia, assistimos à inqualificável invasão da Ucrânia por parte da Federação Russa, o que provocou uma guerra que trouxe à tona e confirmou os mais negros receios de instabilidade global a múltiplos níveis. Além do impacto negativo tremendo que este cenário, através da espiral inflacionista, introduziu na vida quotidiana das nossas populações, há um fator que tem determinado indelevelmente o grau de dificuldade substancialmente superior que é hoje ter de viver com bastantes aumentos do custo do crédito. Falamos como é obvio no aumento consecutivo e histórico das taxas de juro por parte do BCE, o que impacta diretamente, por via do nosso sector bancário, em todos os que nas últimas décadas recorreram ao crédito indexado às diferentes taxas Euribor. Pois bem, se aos factos descritos anteriormente adicionarmos o facto do cenário financeiro genérico do município de Cantanhede ter até melhorado em indicadores como por exemplo a capacidade de endividamento conforme constatável no documento “PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE*



GESTÃO 2022”, torna-se para a bancada do Partido Socialista, de difícil compreensão a proposta apresentada (manutenção do valor aprovado anteriormente). Perante o descrito, não querendo de forma alguma fomentar o endividamento irresponsável, parece-nos de difícil compreensão a inexistência de condições financeiras para absorver o impacto de uma potencial revisão da taxa em baixo, até porque iria ao encontro da intenção já expressa pelo governo, de baixar as taxas de IRS. Na nossa perspetiva será sempre nos momentos de excecionalidade que será necessário, mesmo fundamental, adotar medidas de similar carater. Tendo também em conta que os Executivos da Câmara Municipal de Cantanhede têm apresentado consecutivamente saldos de gerência positivos na ordem dos milhões de euros, votaremos CONTRA esta proposta por considerarmos que estão reunidas as condições adequadas para que, conforme temos vindo a defender nos últimos anos, seja revista em baixa a taxa de participação do Município sobre o IRS no concelho de Cantanhede e assim inverter a tendência de sobrecarga dos munícipes e respetivas famílias.”-----

----- Também o Sr. Carlos Fernandes apresentou uma declaração de voto subscrita pelos Membros do Partido Social Democrata, do seguinte teor: “1) Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial”. 2) Todos queremos redução de impostos, mas também todos queremos um concelho próspero e atrativo, pelo que as medidas têm de ser equilibradas e enquadradas na forma e no tempo. Tratando-se de uma medida popular, e ambicionada, entende-se que a alteração das políticas fiscais deve iniciar-se através daqueles que recebem a esmagadora maioria da receita e cujas medidas têm maior impacto na vida dos cidadãos, ou seja, o Governo. 3) Uma Câmara que apresenta uma almofada financeira que vai transitando de ano para ano,

é uma Câmara de contas certas, que honra os seus compromissos e que acautela a capacidade para alavancar investimentos, nomeadamente dispondo da componente de capitais próprios que é necessária para alavancar e concretizar obras financiadas.

4) A este propósito, registamos palavras de Fernando Medina, ministro das Finanças do atual Governo PS que referiu estar “afastada a hipótese de aplicar um maior alívio fiscal, nomeadamente por via do IRS, no próximo ano, face aos 525 milhões de euros que estão inscritos no Programa de Estabilidade”, para logo de seguida alertar que “é preciso criar condições para que, quando o PRR acabar em 2026, o país tenha capacidade para assegurar investimento e não sofra uma nova crise”.

5) Não apenas pela dimensão da sua arrecadação, mas também pelos usos que lhe são conferidos, destacamos que os impostos arrecadados pelo Governo não têm sido, como deveriam, reinvestidos e postos ao serviço dos cidadãos em áreas prioritárias e serviços públicos, de que são exemplo a saúde, a educação e ação social.

6) Cantanhede não é alheia a esta realidade, concretizando-se esta falha do Estado na falta de meios humanos, no encerramento de serviços, na ausência de investimentos estruturais, na degradação do património e em opções políticas e de gestão questionáveis, ou mesmo desastrosas.

7) Neste âmbito, importa ainda referir que a receita fiscal dos municípios é importante na gestão das suas competências próprias, mas muitas vezes é utilizada para as autarquias se substituírem ao Estado Central em muitas destas áreas em que falha, bastando ver os investimentos que a Câmara tem feito nas áreas citadas, muitas vezes sem qualquer contrapartida financeira e às vezes, como acontece na saúde, até com muitos entraves.

8) Concretizamos que entre os valores apresentados pelo Município e os valores transferidos pelo Governo nas áreas da educação, ação social e saúde (neste último caso, ainda em negociação), há um défice superior a 1,2 milhões de euros, precisamente uma boa

parte da verba em discussão. 9) Por outro lado, não podemos esquecer que o Município de Cantanhede tem atribuído mais de um milhão de euros em isenções de taxas, uma forma indireta de apoio e que, dependendo das tipologias, nuns casos reverte diretamente para os cidadãos e para as famílias e, noutros, para organizações de pendente comunitário. 10) E convém sobretudo recordar que para além dos 5% correspondentes à participação variável dos municípios, os restantes 95% da receita do IRS são recebidos pelo Estado Central, estranhando-se que ao invés de se pretender um aligeirar da componente municipal, não se opte por pressionar mais o Estado Central para aligeirar a sua parte, que representa a grande fatia deste imposto. 11) Fazendo contas à receita de IRS do Município e ao número de habitantes do concelho, resulta que se a Câmara abdicasse totalmente do IRS, isso teria um impacto de 35 € por cada habitante do Município de Cantanhede, nada comparável aos 883 euros que cada português pagou a mais em impostos ao Estado em 2022, segundo as contas da UTAO - Unidade Técnica de Apoio Orçamental. 12) Apesar de sucessivos anúncios e medidas, que por vezes têm apenas um carácter propagandístico, a verdade é que em 2022, a receita de IRS do Estado voltou a bater um máximo histórico, cifrando-se nos 16.9 mil milhões de euros, daqui resultando claro qual o lado de que se deve mexer para melhorar a vida dos cidadãos. 13) Pelo exposto, considerando a distribuição da receita de IRS entre as autarquias e o Estado Central, considerando os pacotes de transferências de competências, considerando ainda o cenário vaticinado pelo Governo, considera-se que baixar a taxa de IRS seria uma decisão de enorme risco face à conjuntura atual e uma decisão com um impacto reduzidíssimo face ao agravamento fiscal registado no país. Aliás, propor ou avançar nesse sentido, face ao que tem sido publicamente anunciado, seria claramente passar um atestado de absoluta incompetência ao Ministro das Finanças e à política fiscal do

atual Governo. 14) Por tudo isto, a bancada do PSD, mantém a confiança nas opções do executivo liderado pela Dr.ª Helena Teodósio, pelo que vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para fixação da participação do Município no IRS a cobrar em 2024 e relativo ao exercício de 2023.”-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2023 às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo / Aplicação da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas)»**, para o qual não houve pedido de intervenção e, colocado a votação, foi aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 34 - «Relatório do Auditor Externo sobre a informação económica e financeira do Município – 1.º Semestre de 2023 / Para conhecimento»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, relativamente ao valor das isenções de taxas que foi referido, esclareceu que o valor diz respeito a vários mandatos, desde 2017, sem esquecer grande parte das isenções concedidas na época do COVID, sendo certo que deverão atingir cerca de 1.300.000,00€. Acrescentou ainda que, na altura da pandemia, se não existisse algum conforto, teria sido muito difícil e o Município teria ficado numa situação muito penosa. Relativamente ao Relatório do Auditor Externo sobre informação económica e financeira, informou que, o mesmo refere o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental no orçamento de 2023 e nas respetivas revisões, salienta que os fundos disponíveis são positivos em todos os meses do primeiro semestre de 2023 e a situação contributiva do Município perante a Autoridade Tributária, a Segurança Social e a Caixa Geral de Aposentações encontra-se



regularizada dentro dos prazos previstos à data do referido Relatório. Informou que, pela primeira vez, a INOVA, o BIOCANT e a ABAP também apresentaram o Relatório do 1.º Semestre. Clarificou, de seguida que, na introdução, o Revisor refere que não foram preparadas demonstrações financeiras semestrais pelo que tiveram alguma dificuldade, no entanto, verifica-se que, a grande parte dos municípios não as apresenta porque pressupõe procedimentos idênticos aos do fecho do ano, tais como o aprovisionamento fechado, encerrar as obras de Administração Direta, não sendo um sistema prático e que causaria uma tramitação muito complicada. Acrescentou que, conforme previsto na Lei, as entidades devem apresentar informação adicional às contas anuais para ajudar os utilizadores a avaliar o seu desempenho, nesse sentido, foi feita uma revisão orçamental a reduzir já o orçamento, pelo facto de se ter previsto determinado tipo de obra e candidaturas num determinado sentido, mas que não estão a ser executadas ou não estavam até setembro, como é o caso da obra dos Olhos da Fervença que ainda não tinha começado, ou do Centro Cívico de Ourentã executadas a 4%.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual referiu ter lido o Relatório do Revisor Oficial de Contas, que é meramente indiciário, no entanto, fez a analogia com o ano transato e verificou haver uma variação de 1%, significando que está tudo bem.-----

----- A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que foi feita uma revisão ao orçamento a

descer, de um lado e do outro, de 3.000.000,00€, sendo que, até ao final do ano, terá de se acautelar por causa das exigências do nível de execução. Acrescentou que também foram reafectadas algumas despesas, sobretudo ligadas a algumas rubricas, como a alimentação, leite escolar e a reabilitação do centro de alojamento de emergência social. Este último, respeitante a uma candidatura apresentada ao PRR e que foi aprovada, referente a uma habitação adquirida pelo Município no Largo Pedro Teixeira, a qual não só paga o edifício como paga alguma correção. Acrescentou que a casa está pronta a habitar, mas tem uma parte de trás que precisa de algumas intervenções, assim como o sótão, e serve essencialmente para alguma situação que possa ocorrer, uma catástrofe, um incêndio, um dilúvio, uma situação social, sendo a segurança social a indicar quem vai precisar, tendo sido necessário criar uma rubrica nova. Voltou a referir que foram criadas rubricas novas que têm mais a ver com a reabilitação, nomeadamente, do miolo da cidade, e que estavam por aprovar desde maio de 2022 no PRR, e que vieram agora aprovados. Referiu, de seguida que, uma grande bandeira do Governo é a questão da habitação pelo que está uma equipa do Município a trabalhar nesse sentido, em duas vertentes, uma que está mais adiantada relacionada com o levantamento feito a nível das habitações de famílias com dificuldades na intervenção das suas próprias habitações, é o chamado 1º Direito, e outra que tem a ver com a renda acessível. Relativamente à renda acessível informou existir uma ligação com o IHRU, em que a Câmara define onde pretende fazer as intervenções, e depois as manutenções, mas a escolha das pessoas que lá irão viver é do IHRU que também irá receber a renda, passando a propriedade para o Município passado 20 anos. Acrescentou que, na parte do arrendamento, poder-se-ia adquirir terrenos, construir e depois colocar para arrendamento através do IHRU, mas como os preços de terrenos na cidade são complicados, poderia se deslocalizar também



para as Freguesias. Também poderiam comprar casas para dar o incentivo à reabilitação, mas contas feitas, comprar determinada casa a um preço, que por ser para um município aumenta logo, requalificar e pôr à venda, se calhar fica mais caro do que comprar um terreno e construir de raiz, mesmo em termos de manutenções. Informou ainda ter um pedido de reunião à Senhora Ministra da Habitação, no sentido de ver algum património que pertence ao Estado e que poderia transitar para o Município. Informou também ter falado com a Junta de Freguesia da Tocha relativamente às casas que eram dos funcionários do Rovisco Pais, sobre a possibilidade de se fazer um protocolo com o Ministério da Saúde para se fazer uma intervenção para arrendamento, mas tal como já referiu, quem irá arrendar é o IHRU em função das candidaturas que possam surgir. Informou ainda existir outra situação preparada, mas que lhe custa pessoalmente, como a possibilidade de o Município utilizar lotes de sua propriedade, fazer a intervenção e colocar no arrendamento, o que seria mais rápido, porque o município tem lotes no PPU, atrás da Escola Profissional, lotes em Albucaz, em Febres, em Ançã junto ao Parque Desportivo, com a condição do IHRU dar o valor do lote, e de se fazer uma candidatura na mesma e teria sempre 100% da construção. Acrescentou que, se o IHRU não der o valor do lote, o município apesar de estar a intervir de forma célere, pode estar a delapidar património, apesar de ser uma política interessante de investir em termos do mercado de arrendamento. Acrescentou que, quer a CIM, quer outras entidades dizem que, se o município avançar com construções em propriedade do município, proporcionalmente pode ficar a receber as rendas, porque se a construção vale X e tem uma renda de Y, o Município vai ficar com o equivalente a X casas que pode receber de renda por parte do IHRU, continuando aquele Instituto a receber o valor dos arrendatários. Referiu que, neste caso, existem aspetos positivos,

nomeadamente, a celeridade do processo, o incentivo em algumas zonas que podem estar paradas, podendo atrair com arrendamento a preços acessíveis, casais jovens e mais pessoas para o Concelho. Acrescentou que este assunto será levado a reunião de Câmara para que todos os elementos do executivo deem o seu parecer, no entanto agradece qualquer contributo que possam dar, pois mexe muito com o Concelho. Finalizou a sua intervenção referindo que, a parte do 1.º Direito, referente a habitação própria para famílias carenciadas, já está mais desenvolvida e vai avançar.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual questionou sobre um corte de verba para a rotunda da 109 à Zona Industrial da Tocha, que tinha inicialmente um montante de 310.870,00€ e teve um corte de 210.000,00€ e ainda sobre uma rubrica relacionada com a saúde, porquê ter anulado uma transferência de 205.516,00€.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, transmitindo que, numa reunião em que esteve presente durante a semana no Ministério das Infraestruturas, com o Sr. Ministro Galamba, com o Secretário de Estado e os Presidentes da Câmara da Mealhada, de Condeixa, de Coimbra e de Soure, por causa das eventuais compensações do TGV, a mensagem do Sr. Ministro foi que as compensações podem vir mais da APA do que propriamente do Governo. Deu o exemplo de Coimbra, na zona de Taveiro em que vão 70 casas abaixo, existindo muitas implicações. Recordou que Cantanhede tinha escolhido um traçado que não tocava no concelho, o traçado 5, mas com inclinação para o traçado 4, pior porque além de passar na zona da freguesia de Murteda, mais concretamente na zona do Porto Carros que toca aquela zona mais dos Quintais, passaria também na zona do Bolho, mais concretamente na Venda Nova, cortando a freguesia ao meio, com situações muito complicadas. Referiu que a opção 5 era excelente, mas caía na Mealhada e em Anadia com ónus muito negativos, pelo que estão a fazer uma análise



global e informar em termos de compensações o que se pode aqui pôr em linha de conta, por exemplo para a zona de Murte de, que é a única a ser afetada. Relativamente à implementação do Metro Mondego, que já tem estudo e já há contas feitas, o Secretário de Estado informou que, depois de concluído, irão estudar a outra parte mais em pormenor, porque no momento há a necessidade de fazer os projetos na especialidade. Acrescentou que virá pela Geria, Ançã, Portunhos, Cantanhede, Zona Industrial de Cantanhede, aproveitando depois o canal antigo e ir por Ourentã, Cordinhã, Murte de, Zona Industrial de Murte de e Sepins. Referiu saber que Coimbra está a fazer uma proposta de alteração, com a qual não concorda, pela qual em vez de fazer o circuito que acabou de indicar, o Metro faria o circuito que faz atualmente o autocarro. Referiu ainda que o TGV é importante para o país e para o concelho porque existirá uma estação em Coimbra, mas, de todos os que estavam presentes na reunião, Cantanhede é o concelho menos afetado, quando os restantes têm situações mais graves, e será a APA que poderá vir a compensar. Referiu que também falaram de outros assuntos, como a possibilidade de se fazer uma rotunda na Nacional para dar acesso direto à Póvoa da Lomba, que não autorizam, na velha história da estrada que ligaria a última rotunda da 109 à Zona Industrial da Tocha, mas o Sr. Ministro diz que não é uma estrada nacional, não podendo ser financiada pelo Governo, e ainda sobre a requalificação da 109 na Zona da Figueira da Foz Mira, e em Cantanhede, mas disse que tem se ser com o Presidente das Infraestruturas de Portugal. Referiu de seguida que, há 30 anos, quando começaram a analisar o projeto para fazer a ligação da rotunda da 109 até ao anterior campo do Tocha, entendeu-se que devido às alterações sofridas na Vila e na Freguesia, o melhor seria a confluência junto ao acesso à Zona Industrial e ao Parque Desportivo. No entanto, houve uma alteração do projeto pelo Departamento de Obras que traz um problema: Como aquela

zona vai ser de acesso àquele troço, e pertence aos Compartes, mas com a gestão do ICNF, este obriga a que haja compensação daquele terreno noutra qualquer. Acrescentou que, numa reunião com a Junta de Freguesia, que é detentora de glebas numa zona mais para trás, esta disponibilizou-se a dar o equivalente às glebas para aquela área, ficando a ser gerida pelos Compartes e pelo ICNF. Concluiu que, estavam preparados quatrocentos e tal mil euros em orçamento para começar a adquirir os terrenos, no entanto, só se pode levantar o mapa de aquisições, depois do processo administrativo estar completo para ir à Câmara. Feitas as contas, concluíram que não valia a pena estar aquele valor em orçamento, uma vez que não iriam conseguir adquirir quatrocentos e tal mil euros de terrenos até ao final do ano, tendo aquele valor sido retirado, ficando ainda em orçamento cento e tal mil euros.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação o **Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação da 4.ª (Revisão) Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2023»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, não tendo havido inscrições.-----

----- Finalmente, sendo 18h25 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

----- O Presidente: *Leonor*

----- O Primeiro Secretário: *José Maria Mariz Fernandes*

----- A Segunda Secretária: *Isabel do Carmo Jesus Cantanhede*

